

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A RECEBER
DE PLASTICO
EM INVOLUCO ECHADO
PODE ABIR-SE PARA
VERIFICACAO POSTAL

ctt correios
TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 377668



GREVE GERAL
24 horas
2012

POR UM PORTUGAL COM FUTURO!
CONTRA A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO

14 NOV

consulta www.cgtp.pt | www.fenprof.pt

- Pelo direito a ter emprego
- Contra as reduções salariais
- Por horários de trabalho adequados
- Pelo direito a uma aposentação digna
- Pelo direito à estabilidade profissional
- **EM DEFESA DAS CARREIRAS DOCENTES E DE INVESTIGAÇÃO**



AUSTERIDADE

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JEF

O.E. 2013
É INCONSTITUCIONAL
Pág. 12



Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | n° 262 | outubro/novembro 2012 | 0,50 Euros

BASTA!



Crato é caloteiro e esbanjador

Em carta enviada aos grupos parlamentares (em 24 de outubro) a FENPROF chama a atenção para a forma desrespeitadora, da lei e dos tribunais, como o ministério da educação e ciência trata a questão do pagamento da compensação por caducidade. Ao mesmo tempo que não paga o que deve, não assume as despesas processuais, que são muitas e atribui-as às escolas, apesar de as “ordens” emanarem centralmente: “Há 61 sentenças condenatórias do Ministério da Educação e Ciência, uma Recomendação do Senhor Provedor de Justiça e uma posição do Senhor Procurador-Geral da República que vai ao encontro da Recomendação do Senhor Provedor. (...)”

Não há, que se conheça, qualquer sentença favorável ao MEC, porém, tal não impede este ministério de obrigar os professores a recorrerem aos tribunais. As escolas, sob orientação do MEC, não pagam esta compensação, indeferem os requerimentos e recusam o pagamento mesmo quando é requerida a extensão de efeitos de sentenças já proferidas.

É inaceitável este procedimento do MEC (...) é absolutamente reprovável que o MEC, na prática, use os tribunais como filtro para reduzir o número de pagamentos a efetuar. Obriga a despesa e não contribui para um melhor funcionamento dos tribunais, visto serem inundados com ações que, a ser respeitada a lei, eram desnecessárias.” •

Greve Geral atravessa fronteiras

A Greve Geral convocada pela CGTP-IN para 14 de novembro era inadiável. As políticas de terra queimada desenvolvidas pelo governo português, sob o silêncio cúmplice do Presidente da República, merecem, como nunca, uma forte resposta dos trabalhadores e trabalhadoras de Portugal. Ninguém duvida, porém, que, para além das enormes responsabilidades que têm os governos de cada país, como é exemplo o do nosso, há um comando superior, instalado onde Barroso e Constâncio nem cheiram, apesar de o servirem, que dita as formas de, crescentemente, explorarem os povos até ao limite, fazendo surgir novas formas de escravização. A Greve, para além de Geral no nosso país, atravessou fronteiras e estendeu-se de Portugal à Grécia, passando por Espanha e unindo os povos da Europa em fortes ações e lutas neste 14N. Há muito que não se percebia de forma tão clara, mas faz todo o sentido continuar a apelar aos povos: Uni-vos! •



Portugal em estado de saque

De Ali Babá a Zé do Telhado, são muitas as histórias que se contam de assaltos e roubos, uns com características de maior violência, outros perpetrados por verdadeiros gentlemen e que atingem níveis de perfeição capazes de fazer inveja aos melhores estrategas. Faltava conhecer este roubo enorme, como lhe chamou Gaspar no seu estilo peculiar de meter a mão no bolso de cada um de nós. Gaspar, porta-voz de um grupo que está apostado em atirar um povo para a valeta, parece não conhecer limites para a enormidade, conforme ficou claro após a apresentação da proposta de OE para 2013. Estamos perante um autêntico saque institucionalmente organizado que, podendo não deixar todos mortos, como afirmou Ferreira Leite, poderá, contudo, deixar a nação moribunda. Não pode haver indiferença face a este ato de crime social. •



Em foco

04

OE 2013:

Proposta é crime contra a economia e os trabalhadores

António Nabarrete

07

Mário Nogueira no Clube dos Pensadores

O que se exige aos professores

08

Impressões

Inevitável e absolutamente necessário

Luísa Cordeiro

10

Discurso Direto

É preciso cortar, sim!

Armémio Carlos

12

Inconstitucionalidades do OE 2013

14

Resolução

É necessário um sobressalto cívico em defesa do Ensino Superior e da Ciência

16

Europa

14 de novembro: ações sindicais comuns pela educação

Manuela Mendonça

Desemprego

18

Marcha Contra o Desemprego

Forte apelo à participação na Greve Geral

20

Consultadoria Jurídica

21

Vinculação de docentes

Proposta do MEC não respeita princípios legais

Dia Mundial dos Professores

22

Ações em todo o país

Professores merecem carinho, reconhecimento e confiança

Setores

24

Ensino Particular e Cooperativo

Inaceitáveis arbitrariedades e pressões sobre os professores

Anabela Sotaia

25

Ensino Profissional

Sobre os ensinos dual e vocacional

Nuno Fonseca

26

Era uma vez um país...

Carta aberta ao Deputado Emídio Guerreiro

Luís Reis Torgal

É um problema grave esta política que continua a ser desenvolvida. Para tal problema, o governo que temos não é solução, mas parte relevante do próprio. Combater essa política e este governo é um desígnio nacional. No próximo dia 14 de novembro, será nova oportunidade de o fazermos.



Pela implosão deste orçamento!

Da proposta de OE para 2013 muito se tem dito e alguns dos que vão dizendo são, não só insuspeitos, como até têm extensas notas de culpa no cartório. Exemplos não faltam, de Bagão a Ferreira Leite. Afirmava esta ex-ministra das Finanças e também da Educação que, a ser aprovado este OE, no final de 2013 estaremos todos mortos.

Para a Educação, o orçamento parece ser de demolição do edifício educativo construído ao longo de décadas que só não consegue dar mais e melhores respostas, não por excesso, mas por défice de investimento, em anos sucessivos.

Os dois últimos anos foram de grande redução orçamental na Educação, de tal ordem que as verbas destinadas ao setor baixaram dos 5,7% para 3,9% do PIB, colocando Portugal numa situação que tem tanto de estranha como de perigosa: um dos países europeus que apresenta dos mais graves problemas na Educação optou por se integrar no grupo dos que menos recursos financeiros destina ao setor.

Em cima das reduções anteriores, pretende agora o governo impor um novo corte, fortíssimo, superior a 700 Milhões de euros. Consciente das repercussões absolutamente demolidoras deste orçamento, o MEC apresentou-o de forma equívoca. Por um lado, separou o Pré-Escolar, Básico e Secundário do Superior (sobretudo, para fazer crer que reforçava as verbas neste último em 5%); por outro, a violência do corte global (que no Pré-Escolar, Básico e Secundário surge “apenas” como de 6,5%, mas ultrapassa os 11%) vem disfarçada pela contabilização da verba destinada a pagar o subsídio de Natal aos trabalhadores docentes e não docentes (que depois as Finanças se encarregam de confiscar), verba essa que, quando se fazem comparações, não pode ser tida em conta.

As reduções reais são, no Ensino Superior, entre os 7 e os 12% no universitário e acima disso no politécnico, fazendo prever despedimentos, dificuldades em pagar salários, fim de aulas noturnas ou aos sábados, encerramento de cursos e até de instituições, impossibilidade de ligar aquecimento nas salas durante o próximo Inverno... No Pré-Escolar, Básico e Secundário são as medidas dos últimos anos que, como se prevê, deverão repetir-se: mais mega-agrupamentos, mais mexidas nos currículos, agravamento dos horários de trabalho e, surge agora como “receita milagrosa”, o alargamento dos contratos de autonomia. A este propósito, serviços centrais do MEC, direções regionais e alguns diretores esforçam-se por “vender gato por lebre” aos professores, esgrimindo argumentos para que estes concordem sem lhes dizer que, no essencial, o que o MEC pretende é desresponsabilizar-se de parte do financiamento das escolas e dos seus projetos educativos levando-as, no entanto, a aceitarem atingir objetivos mais

exigentes e elevados. É uma espécie de compromisso a assumir pelas escolas de que farão omeletas sem ovos.

Este é um OE orientado para o abate de serviços públicos, num quadro de desmantelamento das funções sociais do Estado. Como Passos Coelho afirmou, a intenção é substituir o designado Estado Social pelo estado indispensável, o estado para os indigentes, os excluídos e, ainda, para absorver com o dinheiro de todos os desvarios e crimes de alguns bê-pê-énes que por aí vagueiam.

A Escola Pública é, naturalmente, um pilar da sociedade democrática que Abril nos devolveu. Mas, para além das funções sociais do Estado, que esta proposta de OE atinge com brutalidade, são também de uma violência extrema as consequências de tal OE para os profissionais de educação: mantêm-se os roubos salariais que também se irão aplicar às pensões e reformas; são novamente roubados os subsídios, um deles pela via fiscal; a carga fiscal é brutalmente agravada; as carreiras continuarão congeladas; prestações adicionais, como horas extraordinárias ou ajudas de custo, são reduzidas para metade e os apoios sociais são também muito cortados; os trabalhadores contratados serão reduzidos para metade, com a dispensa de muitos milhares; 2% dos efetivos serão abatidos ao grupo; as mobilidades – interna, geográfica e especial – irão ter um novo fôlego; as penalizações por doença comprovada terão um repugnante agravamento; as aposentações – dos requisitos à fórmula de cálculo – sofrerão alterações de teor altamente negativo... depois há o resto, do IMI às taxas moderadoras, da eletricidade aos transportes, entre muitas outras medidas unicamente destinadas a aumentar a exploração e empobrecer o país e as pessoas.

Quanto Gaspar fala de números, quando Crato anuncia o retomar da segregação, quando Coelho se finge preocupado com as estatísticas, quando Portas desaparece de circulação ou quando Cavaco se maquilha com lágrimas de crocodilo, todos confessam a consciência que têm do monstro que estão a gerar e do controlo que, sobre ele, estão a perder. Eles bem sabem que por detrás de cada um dos quase milhão e meio de desempregados há um coração que bate e uma esperança que ameaça morrer... são pessoas que sofrem sem encontrar saída no beco para que foram empurradas por anos de políticas de direita levadas a cabo por sucessivos governos. Sabem, mas para si esses são apenas danos colaterais.

É um problema grave esta política que continua a ser desenvolvida. Para tal problema, o governo que temos não é solução, mas parte relevante do próprio. Combater essa política e este governo é um desígnio nacional. No próximo dia 14 de novembro, será nova oportunidade de o fazermos. Uma oportunidade que não desperdiçaremos. •

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | Luís Lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho e Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 55.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



OE 2013

Proposta é crime contra a economia e os trabalhadores

Temos de impedir que se transforme em Lei

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do CN da FENPROF)

Com a apresentação desta proposta de Orçamento para 2013, a coligação de extrema-direita que governa o país ultrapassou todos os limites toleráveis em termos políticos, económicos e sociais.

Na prática, admite o falhanço total da execução orçamental deste ano de 2012 (o défice real permanece em volta dos 7% e a dívida eleva-se a quase 120% do PIB!), mostra a absoluta inutilidade das medidas de austeridade -- que têm vindo a devastar o rendimento disponível dos trabalhadores e pensionistas e a empurrar o desemprego para níveis assustadores -- e insiste, no roubo de pensões, salários e prestações sociais à generalidade da população portuguesa.

Esta proposta de orçamento, para além de iníqua e criminoso, é completamente inexecutável! Se for aprovada, tal como está, ao virar da esquina do 1º trimestre de 2013 teremos novas medidas de austeridade! Que seguindo o roteiro habitual se abaterão sobre os mesmos de sempre: os trabalhadores e pensionistas!

Constitui um dever inalienável de todos, e cada um de nós, tudo fazer para que esta monstruosidade não veja a luz do dia! A Greve Geral de 14 de Novembro é um marco decisivo para esse objectivo!

Cenários macroeconómicos do governo: falsidades, cegueira ideológica e incompetência

O cenário macroeconómico previsto na proposta de OE para 2013 (ver quadro) é tão mau quanto falso em muitos dos seus aspectos! Quebra do PIB em 1%, do consumo privado em 2,2%, do investimento em 4,2%. Desaceleração das exportações em 0,7%, relativamente a este ano de 2012, e aumento do desemprego para 16,4%. Contudo, atendendo às medidas recessivas previstas (cortes de salários, pensões e prestações sociais, confisco dos subsídios na Administração Pública, aposentados e

pensionistas, aumento brutal dos impostos, especialmente do IRS e do IMI, este cenário é, infelizmente, pouco credível.

Não são necessários grandes modelos macroeconómicos para perceber que o terramoto fiscal que a proposta de Orçamento para 2013 prevê, nomeadamente ao nível dos impostos directos (com especial incidência no IRS), dificilmente permitirá que a quebra do consumo privado se fique pelos 2,2% relativamente a 2012. Já os apertos financeiros que todos os organismos do estado vão sofrer, assim como uma política de cativações agressiva, só por milagre permitirão que a quebra do consumo público não ultrapasse

os 3,5%. Por outro lado, ainda que a quebra do investimento esteja bem calculada, facto que seria inédito nos últimos anos, o seu afundamento acumulado entre 2011 e 2012 já vai em 25,4%. Ora, as condições de financiamento da economia estão cada vez piores, com a banca a preocupar-se apenas consigo própria, indo buscar dinheiro a 1% (às vezes menos!) ao BCE e investindo-o em dívida pública portuguesa a juros agiotos. E não será o famoso "IVA de caixa" (medida útil, mas propagandeada como uma espécie de receita milagrosa!) a alterar seja o que for neste capítulo, a não ser trazer alguma lufada de ar fresco que alivie um pouco o garrote de tesouraria das empresas.

A este panorama (previsões assustadoras, apesar de retocadas para parecerem melhor) junta-se uma desaceleração das exportações (que pode ser ainda mais cavada dada a situação da economia espanhola!) e o habitual cálculo absurdo da inflação! Como é possível que com as tensões existentes a nível mundial no mercado dos combustíveis, a subida prevista do imposto sobre os produtos petrolíferos, o aumento dos preços da energia, transportes e comunicações e um IVA elevadíssimo se possa prever uma taxa de inflação de 0,9%?

Quanto ao desemprego registado, se esta proposta de orçamento se transformar em lei, só um milagre o poderá manter abaixo dos 17,5%, já que o afundamento da economia poderá mesmo ultrapassar os 3% do PIB que se prevêem para este ano!

O "caminho certo" do "ajustamento português: na óptica do governo

Em termos de consolidação orçamental, o governo considera estar no caminho certo. Aponta a descida da despesa corrente primária, de 42,9% em 2009 para 39,5% em 2012, como um feito marcante. Propositadamente esquece três factos essenciais:

a) Esta descida da despesa foi feita essencialmente à custa dos salários e pensões dos funcionários públicos, assim como da destruição de parte significativa dos serviços públicos, nomeadamente saúde e educação;

b) Esta descida contribuiu decisivamente para o aumento da recessão e do desemprego que grassa no país, devido à quebra brutal do rendimento disponível dos funcionários públicos e pensionistas;

c) Esta descida, exactamente por ser da despesa corrente primária, exclui os juros da dívida pública, que subiram de 2,8% do PIB em 2009 para 4,2% do PIB em 2012. Qualquer coisa como 2.300 milhões de euros já descontando a quebra do PIB em 2011 e a estimada para 2012. Mas o pior é que para 2013 passarão para 4,3% do PIB atingindo o valor astronómico anual de 7.276 milhões de euros. Valor a que se devem juntar outros encargos com o serviço da dívida elevando-o para 8.706 milhões de euros. Mais de dois terços de toda a receita de IRS prevista para

2013 (12.066 milhões de euros), receita essa que, dado o maremoto fiscal que aí vem, tem um aumento previsto de 30% relativamente a este ano de 2012!

Com tudo isto, a dívida pública, que representava em 2010 cerca de 93% do PIB, caminhará em 2013 para valores em torno dos 125% do PIB!

Cortes acumulados na Educação: um retrocesso de décadas e uma ameaça à democracia

Entre 2010 e este ano de 2012 as despesas do Estado com a Educação passaram de 5% do PIB para 3,8%, empurrando o país para o último lugar da tabela da União Europeia, lugar esse que até aí era ocupado pela Eslováquia com cerca de 4%. A média da União Europeia, ao entrar para este ano de 2012, situava-se nos 5,5% do PIB!

Para 2013, se excluirmos a "devolução" de um subsídio (rapidamente saqueado, e com juros violentos na maioria dos casos, através do brutal aumento do IRS!) teremos uma nova quebra no orçamento da educação que ultrapassará os 700 milhões de euros (cerca de 0,42% do PIB).

Contudo, para tentar evitar críticas apoiadas em números, ou simplesmente por incompetência, a proposta de Orçamento para 2013 no sector da Educação e Ciência é a mais opaca das duas últimas décadas, pelo menos. Existe um esforço evidente para mascarar este novo ataque à Escola Pública. Com efeito, pretende-se:

- Continuar a reorganização e racionalização dos currículos nos Ensinos Básico e Secundário (mais cortes, menos professores!);
- Continuar a racionalização dos recursos humanos (menos 50% de contratados!);
- Terminar a racionalização da rede de oferta pública (mais mega-agrupamentos, menos ensino de adultos!);
- Operacionalizar a racionalização da rede pública de instituições do Ensino Superior.

Tudo isto sem uma indicação sequer sobre a dimensão financeira de cada um destes ataques à Escola Pública.

Para além disso, prevêem-se 12,5% de cativações nas despesas afectas a projectos (na parte do financiamento nacional), e ainda, sobre a mais que provável redução nominal dos orçamentos de funcionamento das escolas e agrupamentos as seguintes:

- 10% nos encargos com instalações, limpeza e higiene, conservação de bens, comunicações;
- 20% nos combustíveis e material de escritório, entre outros.

Relativamente ao Ensino Superior e Ciência, para além de uma redução média de 2,5% nas suas dotações orçamentais, estas instituições terão ainda uma redução efectiva de 5%, nalguns casos acima disso, devido à subida das contribuições para a CGA de 15% para 20%.

Salários e pensões de professores, educadores e reformados: um roubo colossal!

Para além do IMI, taxa de esgotos, IVA, Imposto de Circulação, Imposto sobre os produtos petrolíferos, entre outros impostos e taxas, que aumentam de forma significativa ou permanecem a taxas elevadíssimas (caso do IVA), para além dos aumentos, bastante acima da taxa de inflação prevista, do gás, da electricidade, dos transportes (para falar só dos que deviam ter preços regulados), os professores e educadores, assim como os reformados, irão ter uma quebra brutal do rendimento disponível (em cima das que já tiveram) por via da continuação dos cortes salariais e dos novos cortes nas pensões, dos cortes do subsídio de férias e do monstruoso aumento do IRS. Que, ainda por cima, é aplicado após a devolução do subsídio de Natal em duodécimos esmagando ainda mais o salário ou a pensão de cada um de nós.

Assim, mantém-se:

- O corte de salarial entre os 3,5% e os 10% (corte médio de 5%), para valores de salário líquido mensal superior a 1.500 euros. Na prática é exercido um corte de 3,5% até aos 2.000 euros líquidos mensais e um corte de 16% para o remanescente, acima de 2.000 euros;
- O corte de um subsídio a todos os professores e educadores e de 11/12 avos de um subsídio a todos os reformados. Na prática é exercido um corte de 7,15% do rendimento anual aos professores e educa-

“

O corte de pensões entre os 3,5% e os 10% (corte médio de 5%), para valores de pensão líquida mensal superior a 1.350 euros. Na prática é exercido um corte de 3,5% até aos 1.800 euros líquidos mensais e um corte de 16% para o remanescente, acima de 1.800 euros. Isto representa um roubo ainda mais acentuado do que no caso dos professores e educadores no activo e torna ridículo (e um verdadeiro insulto aos reformados e pensionistas!) a devolução de 1,1 subsídios!



Principais indicadores em variação percentual (%)

	2010	2011	2012	2013
PIB	1,4	-1,7	-3,0	-1,0
Consumo Privado	2,1	-4,0	-5,9	-2,2
Consumo Público	0,9	-3,8	-3,3	-3,5
Investimento	4,1	-11,3	-14,1	-4,2
Exportações	8,8	7,5	4,3	3,6
Importações	5,4	-5,3	-6,6	1,4
IPC (Inflação)	1,4	3,7	2,8	0,9
Taxa de Desemprego	10,8	12,7	15,5	16,4

dores e um corte 6,43% do rendimento anual dos reformados.

Por outro lado acresce:

- O corte de pensões entre os 3,5% e os 10% (corte médio de 5%), para valores de pensão ilíquida mensal superior a 1.350 euros. Na prática é exercido um corte de 3,5% até aos 1.800 euros ilíquidos mensais e um corte de 16% para o remanescente, acima de 1.800 euros. Isto representa um roubo ainda mais acentuado do que no caso dos professores e educadores no activo e torna ridícula (e um verdadeiro insulto aos reformados e pensionistas!) a devolução de 1,1 subsídios!

- Convergência das pensões entre a CGA e a Segurança Social já para 2013 (2 anos antes do previsto o que “engolirá” entre 8% e 16% a quem se pretender aposentar antecipadamente a partir de 1 de Janeiro de 2013!) e nova fórmula de cálculo da parcela P1 (menos 6%)!

- Perdas de remuneração nas faltas por doença (total nos primeiros 3 dias – sem recuperação – e de 10% entre o 4º e o 30º dias)!

Já as perdas por via do IRS correspondem, em média, a uma subida da taxa do imposto de 34,5%, o que levará de volta o subsídio reposto, na maioria dos casos com juros!

É imperativo mudar de rumo imediatamente!

As garantias concedidas pelo Estado ao sector bancário totalizavam 16.525 milhões de euros em 30 de Junho deste ano de 2012, e continuarão a subir dada a colocação em marcha da chamada Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira (IREF). Por outro lado, as garantias concedidas a outras entidades, que vão da Parque Escolar à REFER e da PARVALOREM à PARUPS, ascendiam, na mesma data, a 17.824 milhões de euros. Estas duas últimas “sociedades-veículo”, que foram criadas para absorver o crescente buraco do BPN, representavam, em final de Junho deste

ano, qualquer coisa como 4.046 milhões de euros. É este tipo de “perímetro orçamental”, sempre a aumentar, que tornam o défice e a dívida um poço sem fundo.

A juntar a tudo isto estão os mais de 35.000 milhões de euros de juros que temos de pagar pelo empréstimo de 78.000 milhões que a Troika nos concedeu como contrapartida da destruição do nosso estado social e do empobrecimento geral de trabalhadores e pensionistas. Neles estão incluídos os cerca de 5.400 milhões de juros que respeitam aos 12.000 milhões de euros destinados à recapitalização da banca, que contribuem, por sua vez, de forma significativa, para o aumento do défice e da dívida.

É preciso romper este ciclo de roubo e destruição do país!

É preciso renegociar imediatamente as condicionalidades de política económica constantes do memorando assinado com a Troika, de forma a voltarmos ter economia e estado social!

É preciso reduzir os juros para 0% (que é o que a Alemanha paga, às vezes ainda menos, lucrando despidoradamente com o Diktat que impõe aos países da periferia da Europa, entre os quais Portugal) ou, no mínimo para 0,75% (que é a taxa que o BCE cobra em muitas operações realizadas com os bancos comerciais) em vez dos actuais 4,3%, em média, revertendo os juros já pagos para a redução da dívida!

É preciso, em suma, mudar de políticas! Todos temos uma palavra a dizer a esse respeito e a Greve Geral de 14 de novembro é um palco de eleição para isso! É preciso dizer presente! •

Em funções há menos de um ano e meio este governo já vai no 4º Orçamento Rectificativo PANTOMINICE!

Se dúvidas houvesse sobre a competência deste governo, e a qualidade das suas decisões, bastaria olhar para a sucessão de orçamentos rectificativos para compreender o total falhanço das suas políticas.

A 3 de agosto de 2011, menos de um mês e meio após a tomada de posse, apresentou o seu 1º orçamento rectificativo tendo em vista, essencialmente, aumentar o limite global do endividamento do Estado.

A 17 de outubro de 2011, pouco mais de dois meses após o 1º, o governo apresenta o seu 2º orçamento rectificativo. De uma só penada, aumenta de novo os limites da dívida e inscreve o roubo de meio subsídio de Natal a todos os trabalhadores e pensionistas, tendo em vista conter o famoso “desvio colossal” deixado por José Sócrates.

A 29 de março de 2012, menos de 3 meses após a entrada em vigor do Orçamento para 2012, este já da sua inteira responsabilidade, o governo de Passos Coelho apresenta o seu 3º orçamento rectificativo. Volta a subir os limites do endividamento, corrige a taxa de desemprego de 13,4 para 14,5 (quando o Eurostat já previa 14,8% só para o 1º trimestre de 2012) e faz pagamentos de dívidas à banca com o dinheiro do fundo de pensões dessa mesma banca, descapitalizando a Segurança social!

A 26 de outubro deste ano, a maioria PSD-CDS aprova na globalidade a proposta do 4º orçamento rectificativo deste governo, que tinha sido entregue na Assembleia da República conjuntamente com a proposta de Orçamento para 2013. O seu objectivo central consiste na apresentação de uma série de truques contabilísticos que permitam mascarar a incapacidade do governo no cumprimento da meta dos 5% do défice acordado com a Troika, na sequência da 5ª avaliação. Segundo a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental), que funciona no âmbito da Assembleia da República, “existe uma discrepância que tem a ver com a receita a obter em 2012 através de activos financeiros. No relatório do OE2013, este valor é estimado em 3.617,7 milhões de euros, mas no orçamento rectificativo para 2012 não há referência a este montante.” Estamos no reino da pantominice mais descarada! | AN •



Legenda ??????????????



MÁRIO NOGUEIRA NO CLUBE DOS PENSADORES

O que se exige aos professores

“Os professores sentem, no seu dia-a-dia, que as políticas são as piores, as medidas são para destruir e as palavras são, tantas vezes, as mais injustas, face ao que é o seu esforço, a sua dedicação e o seu empenhamento nas escolas, garantindo que funcionam, apesar das políticas educativas desenvolvidas”.

Lembrou Mário Nogueira num recente debate realizado no Clube dos Pensadores, em Gaia. “Se assim é – e isso é reconhecido pela sociedade, como confirmam sucessivos estudos de opinião – por que são os professores alvo de tantos ataques e, sobre eles, se levantam tantas desconfianças? Porque são pilares fundamentais da Escola Pública e esta é pilar fundamental de um Estado Social cujos alicerces está o atual governo a tentar derrubar”, interrogou o dirigente sindical que, em seguida, resumiu assim aquilo que, “neste contexto negativo” se exige aos professores:

- Trabalhando em agrupamento, que usem os seus carros para deslocações entre escolas, sem pagamento de despesas e sem que sejam consideradas tempo de trabalho;
- Assumam 12 ou 15 turmas, trabalhem com 5 ou 6 níveis diferentes e tenham mais de 400 alunos em alguns casos;
- Assumam horários de trabalho pedagogicamente absurdos que tiram tempo para refletir, preparar, debater, avaliar...
- Apesar de o exercício continuado da profissão ser considerado fator de desgaste

físico e psicológico acentuado, que trabalhem até depois dos 65 anos, muitas vezes durante mais de 45 anos, para garantirem uma pensão dita completa;

- Andem que nem loucos a concorrer a dezenas ou centenas de escolas para garantirem uma colocação precária e, isso, se passarem no crivo, quantas vezes discriminário, de alguns diretores. E depois diz-se que falta colocar professores, como se estes recusassem a colocação, e não se diz que a responsabilidade é de um regime de concursos que, de cada vez que sai da lógica nacional, complica, atrasa, provoca dificuldades;

- E deles se diz que ganham mais que os seus colegas europeus, simplesmente porque o governo envia à OCDE a estrutura da carreira docente, sem esclarecer que as carreiras estão congeladas há anos; que por força do congelamento de tempo de serviço, os professores já perderam, para efeito de carreira, 4,5 anos; que os salários dos docentes têm um corte entre os 3,5% e os 10%; que a carga fiscal é violentíssima e come 1/3 do salário bruto; que milhares de

docentes (alguns com mais de 20 anos de serviço) não estão naqueles escalões porque continuam contratados... é como hoje em relação ao ensino superior e a forma como um jornal nacional aborda a questão. A proposta do governo não prevê pagar aumentos aos docentes do ensino superior em 2013, apenas prevê consignar verbas para repor a legalidade em relação a docentes que estão numa determinada categoria mas continuavam, ilegalmente, a receber por outra abaixo;

- E em relação aos professores contratados que são despedidos, o MEC recusa pagar a indemnização (compensação por caducidade) a que têm direito. E apesar de já ter perdido cerca de seis dezenas de ações em tribunal, de ter uma Recomendação do Provedor de Justiça que contraria a sua opinião e uma posição do Procurador-Geral da República que reitera aquela recomendação, o MEC mantém a ilegalidade e até terá pago 61.000 euros à sociedade de advogados de Sêrvulo Correia para obter um parecer feito à medida do seu interesse, mas que, pelos vistos, não está à altura do que têm sido as decisões dos tribunais. •

Inevitável e absolutamente necessária!

Um investimento no presente e no futuro!

O Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido extraordinariamente no dia 3 de Outubro, decidiu, por unanimidade e aclamação, convocar uma **Greve Geral para o dia 14 de Novembro de 2012**.

Não o fez de ânimo leve, como qualquer pessoa de bom senso compreenderá!

Fê-lo, de forma corajosa e determinada, porque sabe que está nas mãos de todos e de cada um de nós mudar as políticas desastrosas implementadas pelos sucessivos governos, que estão a esfrangalhar a nossa economia e a destruir o nosso país, conduzindo-o ao abismo!

Fê-lo, pela defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras deste país, tão cruelmente atacados!

Fê-lo, por aqueles que são empurrados para o flagelo social que o desemprego encerra, sendo muitos deles jovens altamente qualificados, a quem não resta outra alternativa a não ser emigrar, o que compromete o futuro do País!

Fê-lo, pelos reformados e pensionistas, que vêem as suas pensões sistematicamente reduzidas!

Fê-lo, porque não tem dúvida de que a "receita" assente nesta austeridade, que esmaga, e que, para além de não atingir os objectivos que, alegadamente, lhe estão subjacentes, aprofunda irremediavelmente a crise em que Portugal está mergulhado!

Fê-lo, porque acredita nas alternativas, muito concretas, que a Inter propôs e que não são acolhidas por quem é responsável pelos destinos deste País, por pura opção ideológica, que podemos e devemos combater com todas as forças que temos!

Fê-lo, para impedir que a proposta de Orçamento de Estado, tal como está, arrasadora, seja aprovada!

Fê-lo, para que este Governo defenda Portugal, exigindo a renegociação da dívida, dos seus prazos, dos seus juros e, até, do seu valor!

Fê-lo, contra a subjugação do poder

político ao poder económico-financeiro!

Fê-lo, ainda, porque acredita que a força dos trabalhadores unidos remove obstáculos aparentemente intransponíveis!

Depois da Grande Jornada de Luta Nacional – TODOS A LISBOA; TODOS AO TERREIRO DO PAÇO – 29 de Setembro, que transformou o Terreiro do Paço no Terreiro do Povo; do Dia Nacional de Luta – 1 de Outubro – 42.º Aniversário da CGTP-IN, que constituiu a maior jornada de sempre de contacto nos locais de trabalho; da grande Marcha Contra o Desemprego – Trabalho com Direitos, Portugal com Futuro - 5 a 13 de Outubro, cujos objectivos foram plenamente atingidos e, até, ultrapassados, só para destacar algumas das acções de luta mais recentes, e à medida que o sentimento de indignação e de revolta invade jovens, menos jovens, trabalhadores no activo, reformados e pensionistas, impõe-se elevar o patamar da luta, no sentido de travar os ataques sucessivamente perpetrados contra o povo deste país, tão desrespeitado e espezinhado, despojado, irresponsável e vergonhosamente, dos seus mais elementares direitos, conquistados através da luta dura e persistente, travada ao longo de décadas.

Sendo a Greve Geral uma luta de todos e para todos, é objectivo fundamental da CGTP-IN aprofundar a unidade na acção em todo e qualquer local de trabalho.

A nós, sindicalizados ou não, e independentemente da nossa filiação sindical, cabe-nos, no âmbito do processo de luta em curso, e que se adivinha duro e prolongado, corresponder ao desafio da Intersindical e exercer o direito e o dever de aderir a esta Greve Geral, sob o lema Contra a Exploração e o Empobrecimento; Mudar de Política – Por um Portugal com Futuro, que, entretanto, já assumiu um carácter Europeu.

Transformemo-la num grande instrumento de intervenção, no sentido de travar o empobrecimento das populações e de trilhar o caminho da dinamização da economia, do bem-estar das famílias, do progresso social e da defesa do Estado Social. ●

“A nós, sindicalizados ou não, e independentemente da nossa filiação sindical, cabe-nos, no âmbito do processo de luta em curso, e que se adivinha duro e prolongado, corresponder ao desafio da Intersindical e exercer o direito e o dever de aderir a esta Greve Geral”



LUÍSA CORDEIRO (membro do SN da FENPROF)

Passos, Portas e Gaspar mentem porque não podem revelar as suas reais intenções

Eugénio Rosa escreveu recentemente: “Vitor Gaspar, nas intervenções públicas que tem feito, e também no relatório da proposta de Orçamento do Estado para 2013 (pág. 68), aprovado pela “troika”, tem procurado fazer passar a ideia junto da opinião pública de que a proposta de OE-2013 salvaguarda as famílias de mais baixos rendimentos e aumenta a progressividade dos impostos. A análise da proposta de Lei do OE-2013 mostra que isso não é verdade; o que se verifica é precisamente o contrário.”

Para o economista, o que o Governo está a tentar fazer passar é um logro. Bastaria que qualquer leigo na matéria pensasse um pouco sobre o assunto, para chegar à conclusão de que a redução dos escalões de IRS de 8 para 5 não pode melhorar a progressividade deste imposto, tendo em conta que as margens são significativamente alargadas, abrangendo mais trabalhadores e retirando-lhes mais rendimento obtido à custa do seu trabalho.

Por outro lado, a injustiça fiscal é enorme. Veja-se como quem mais paga não é quem tem maiores rendimentos (escala superior a 153300 euros). No trabalho realizado com “A estranha equidade de Vitor Gaspar e do Governo PSD/CDS”,

Eugénio Rosa apresenta um quadro que revela que são, precisamente, os trabalhadores de menores rendimentos (até 4.898 € anuais e entre 7.000 € e 7.410 €), bem como toda a classe média (particularmente os trabalhadores que têm um rendimento anual entre 40.000 € e 61.244 €) que mais imposto vão pagar.

Reafirmo que há uma alternativa que passa pela mudança política e, hoje, cada vez mais, pela mudança de governo. Este governo não mudará nada na direcção política e económica que traçou. E se não o faz, nem sequer é por arrogância e apego ao poder. É pela plena consciência que tem de que com esta política atinge os objectivos que traçou para governar. Objectivos que não são postos ao serviço de quem trabalha, mas sim ao serviço de quem ganha com esta crise.

A mudança de política económica é necessária e há propostas que a sustentam, que a CGTP apresentou e que a CGTP precisa que defendamos com a nossa luta, com a participação na Greve Geral de 14 de Novembro.

Cumpramo-nos, a cada um de nós, perguntar-se se vai deixar que este governo prossiga o seu caminho. ●

LUÍS LOBO | luis.lobo@sprc.pt

O autor não escreve segundo o acordo ortográfico de 1990

 Não há Professores a mais. Há Escola a menos!





DISCURSO DIRETO

É preciso cortar, sim!

ARMÉNIO CARLOS
(Secretário Geral da CGTP-IN)

Dizem que é preciso cortar as gorduras do Estado. Nós apontamos o caminho. É preciso cortar, sim! Nas PPP's, acabando com este escândalo que põe os contribuintes a pagar e os grandes grupos económicos a lucrar! É preciso cortar, sim! Acabando com o paraísos fiscais e os benefícios fiscais, que este ano atingiram cerca de mil e 500 milhões de euros. É preciso cortar, sim! Acabando com o negócio da china que resulta da emissão de dívida pública, em que os bancos se financiam a 0,75% no BCE para o erário público pagar taxas de 4 e 5%.

Este é o tempo de taxar os rendimentos do capital!

Recordando as 4 propostas
A CGTP-IN apresenta saídas para a resolução dos problemas do país. Depois das propostas para taxar o capital e aumentar em 6 mil milhões de euros a receita do Estado, apresentamos mais quatro propostas, para eliminar a má despesa do Estado!

1ª Proposta: Exigimos que o Governo português, em conjunto com outros, exija a revisão do Regulamento do BCE, para que este passe a financiar directamente os Estados a 0,75%, tal como hoje faz ao sector financeiro.

Num quadro em que em 2012, os juros da dívida atingem os 7,5 mil milhões de euros, a concretização desta medida levaria a que Portugal pagasse apenas 3 mil milhões de euros, poupando mais de 4.500 milhões de euros.

2ª Proposta: Exigimos que se ponha termo aos benefícios fiscais injustificados que conduzem à chamada "despesa fiscal" do IRC. Foi através deste e outros expedientes que ficaram por cobrar 9 mil milhões de euros de IRC, segundo os últimos dados disponíveis da Autoridade Tributária (em 2010).

3ª Proposta: Exigimos que o Sector Financeiro deixe de beneficiar de descontos em sede do IRC e que se implementem medidas que impeçam a "contabilidade criativa" da banca! A situação que se verifica faz com que a taxa de IRC efectiva paga pelos bancos, segundo dados do Banco de Portugal, seja de apenas 15,4%. A aplicação da taxa de 25%, permitirá ao Estado reduzir

a despesa fiscal e obter uma poupança de 689 milhões, em 2013!

4ª. Proposta: Exigimos o fim das Parcerias Público-Privadas e a renegociação dos contratos daquelas que existem! São inaceitáveis estes contratos, onde os prejuízos vão todos para o Estado e os lucros para o privado.

São obscenos os lucros garantidos, que variam entre os 5 e os 17%. A CGTP-IN propõe a renegociação dos contratos de forma a reduzir estas margens. Esta medida representaria um valor superior a 500 milhões de euros. Aqui têm, mais quatro medidas, mais quatro exemplos de como e onde ir buscar dinheiro!

Invista-se!

Invista-se esse dinheiro na melhoria do Serviço Nacional de Saúde e nas condições de acesso por parte dos utentes, assim como no respeito pelos direitos dos profissionais da Saúde! Invista-se na educação e na escola pública, no financiamento das instituições públicas de ensino superior, contratem mais professores, forneçam gratuitamente os materiais escolares no ensino obrigatório e acabem com as propinas que hoje atiram para fora do sistema um número crescente de estudantes sem possibilidades financeiras! Invistam na protecção social, alarguem o subsídio social de desemprego a todos os que dele necessitam.

Invistam no aumento das reformas para, no imediato, tirar da pobreza os muitos portugueses que lá se encontram! Invistam na justiça,



e acabem com o valor das custas judiciais que negam este direito ao povo e aos trabalhadores que não podem pagar! Invistam nos serviços públicos e no SEE e acabem com as privatizações! Invistam na cultura, parte indissociável do desenvolvimento, e massifiquem o acesso das populações ao seu usufruto! Invistam no desenvolvimento integral do país e acabem com as assimetrias regionais!

O país tem de dinamizar a procura interna!

Aumentar a produção nacional para reduzir as importações e a dívida é um imperativo nacional! O país tem de dinamizar a procura interna!

O aumento da procura interna é indissociável do aumento dos salários, do SMN e das pensões de reforma, porque esta é a via para garantir o escoamento dos produtos e serviços das empresas, a manutenção e criação de mais e melhor emprego, o garante de mais receita fiscal e uma forma de reforçar a sustentabilidade financeira da segurança social.

O país tem de respeitar e valorizar os jovens, promovendo políticas económicas que combatam a precariedade e os falsos recibos verdes, e que assegurem empregos

“

O país tem de responder aos desempregados, efectivando o preceito Constitucional do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos e garantindo a protecção social a todos aqueles que dela necessitem!

compatíveis com as suas qualificações e habilitações e condições de trabalho propiciadoras de estabilidade para a organização da vida pessoal e familiar. Os jovens têm direito a viver, trabalhar e serem felizes neste país que é seu e de todos nós!

O país tem de responder aos desempregados, efectivando o preceito Constitucional do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos e garantindo a protecção social a todos aqueles que dela necessitem! A CGTP-IN não aceita que homens e mulheres com 40 e 50 anos, com experiências e competências adquiridas ao longo da vida, vejam negado o direito a trabalhar! A CGTP-

-IN não aceita que tenhamos cada vez mais desempregados sem qualquer protecção social. A CGTP-IN exige que seja atribuído o subsídio social de desemprego a todos o que dele necessitem!

O país tem de se levantar em peso contra os lobbies O país tem de ter uma política de investimento público e privado e uma CGD ao serviço do desenvolvimento económico e social e não a desbaratar dinheiro nos BPN's e em empréstimos para os "figurões" deste país apostarem na especulação bolsista!

O país tem de se levantar em peso contra os lobbies da energia, dos combustíveis e das comunicações, e à estratégia de cartelização em curso, que massacra as famílias e as empresas para engordar os lucros fabulosos dos grandes accionistas.

O país tem de valorizar os Serviços Públicos e a Administração Central e Local do Estado, abandonar os processos de privatizações do património público e reforçar e potenciar o desenvolvimento de acções que permitam ao Estado o controle dos sectores estratégicos e assim contribuir para a coesão social, o combate à desertificação e às assimetrias. | **Seleção e tratamento: JPO** ●

BREVES

MANUEL ANTÓNIO PINA
Um grande cidadão e um enorme Homem das letras



Um grande cidadão e um enorme Homem das letras. A sua reflexão e o seu pensamento traduziram sempre uma tremenda lucidez e uma perfeita coerência com uma vida, a que não podem ser alheios princípios de justiça social, de solidariedade e de partilha. Levou-o o cancro, morreu, mas não parte porque nos deixa presente e futuro. A FENPROF homenageia este ilustre português que não cedeu neste tempo tão marcado pela mediocridade dos homenzinhos que o dirigem. Bem-Haja. ●

Assembleia do CPPC e Conferência da Paz



Decorreu em Lisboa, no passado dia 20 de outubro, a 23ª Assembleia da Paz, do Conselho Português para a Paz e Cooperação e a Conferência que o CPPC realizou sob o tema "Reforçar o

movimento da paz em tempo de crise". Aquela organização divulgou um nota em que situa algumas das matérias que estiveram em destaque na conferência, destacando a dado passo: O nosso país atravessa uma grave crise financeira com manifestações sociais e económicas sem precedentes para as presentes gerações. Esta crise insere-se numa crise financeira mundial, coincidente com manifestações de conflitualidade internacional – económica, política e militar – também sem precedentes no último meio século.

A delegação da CGTP-IN presente na conferência do CPPC revelou que nos dias 14 e 15 de dezembro próximos a Central promoverá, em Lisboa, uma Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo Palestiniano, para a qual "convidaremos o CPPC mas também outras organizações que no nosso país se envolvem na nobre luta pela paz, solidariedade e cooperação" Em 2013, a Inter organizará, também na capital, uma Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo de Cuba. ●

ALERTA

Inconstitucionalidades do OE para 2013

Frente Comum enviou alerta veemente aos grupos parlamentares para não deixarem passar inconstitucionalidades grosseiras que visam, exclusivamente, reduzir direitos e atacar os rendimentos dos trabalhadores e das suas famílias.

Em carta enviada aos grupos parlamentares, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) lembra que, estando a decorrer a discussão sobre a Lei do Orçamento de Estado para 2013, esta contém, no entendimento da organização “diversas inconstitucionalidades, que põem em causa direitos fundamentais dos trabalhadores, e mantém a inconstitucionalidade que o T.C. já declarou como tal no orçamento do corrente ano: o roubo do subsídio de férias e de Natal – embora este de forma diferente: através de uma sobretaxa de 4% e da redução dos escalões do IRS, com violação do princípio da pro-

gressividade, da equidade e da capacidade contributiva dos agregados familiares.” A FCSAP lembra, a este propósito, “que a fortuna dos 25 mais ricos de Portugal atinge 10% do PIB e, na UE, o nosso país posiciona-se em segundo lugar, no que respeita ao fosso entre os mais ricos e os mais pobres.”

Foi, pois nesse sentido que a frente Comum remeteu a todos os grupos parlamentares um alerta sobre diversas inconstitucionalidades na proposta de OE2013:

1. Suspensão do pagamento do subsídio de férias para 2013

Mantendo-se a linha de entendimento da inovação introduzida pelo OE para 2012, quanto à suspensão do pagamento do subsídio de férias (art.s 21º, 24º e 25º, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro), incorrem as normas dos art.s 28º e 75º da Proposta do O.E. para 2013 na violação dos princípios da igualdade e da proporcionalidade consagrados na CRP (art.s 13º e 18º, n.º 2), na medida em que há uma discriminação negativa para os trabalhadores do sector público e há uma desadequação e um desajustamento ao objectivo pretendido de sanear as contas públicas¹.

Depois, há uma violação do princípio da equidade/justiça fiscal, que se extrai, no quadro do sistema fiscal, dos art.s 103º, n.º 1, e 104º, n.º 4, conjugados com o princípio

da dignidade da pessoa humana consagrado no art.º 1º, todos da CRP.

Por fim, há o desrespeito patente do julgado do Tribunal Constitucional, constante do Acórdão n.º 353/2012, que julgou ou declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das citadas normas dos art.s 21º e 25º, da Lei n.º 64-B/2011, por violação do princípio da igualdade, na dimensão da igualdade na repartição dos encargos públicos. E a violação do caso julgado é um vício assimilado ao vício da inconstitucionalidade material.

Reportando-se o Acórdão n.º 353/2012 às medidas constrictivas para as pessoas que auferem por verbas públicas, com duração de três anos (2012 a 2014), e dizendo-se que a liberdade do legislador não pode ser ilimitada, é fora de dúvida que o juízo de inconstitucionalidade material do Tribunal Constitucional projecta-se no mesmo tipo de medidas que venham a ser tomadas para 2013 e 2014, nas leis orçamentais, relevando agora, e só, a Proposta do OE para 2013.

2. Alterações ao IRS

São introduzidas na Proposta do OE para 2013 alterações quanto aos escalões (cinco), com taxas entre os 14% e os 48% e com sobretaxa de 4% (mais 2,5% para rendimentos superiores a 80.000 Euros) e ainda quanto às deduções e aos benefícios fiscais, sempre em desfavor do contribuinte.

Isto vai significar, na prática, uma agravamento da tributação para todos os contribuintes e famílias, incluindo as famílias de mais baixos rendimentos. Mas, em percentagem, a agravamento é menor para as famílias de mais altos rendimentos. E é uma inequação entre os rendimentos médios e os mais altos, sujeitos às mesmas taxas, sem distinguir os diferentes valores sujeitos a tributação, que são as variáveis a que se aplicam as taxas.

Com este quadro de injustiça, absoluta e de efeito sufocante geral, com taxas e sobretaxas, há violação das normas dos art.s 103º, n.º 1, e 104º, n.º 1, da CRP, pois não há repartição justa dos rendimentos, o imposto não é progressivo e não se atende à capacidade contributiva dos agregados familiares, como é ditado pela norma do art.º 67, n.º 2, f).

Enfim, um verdadeiro desrespeito da equidade e justiça fiscal, sem atenção às normas e aos princípios que presidem à constituição financeira e fiscal. Um OE para 2013 que não serve o objectivo do desenvolvimento económico e social, que é assinalado no art.º 101, n.º 1, da CRP.

3. Redução Remuneratória

A redução remuneratória prevista no art. 26º da Proposta do OE para 2013, na mesma linha de entendimento dos anteriores orçamentos para 2011 e 2012, e também para valores de remuneração superiores a 1500 Euros, incorre nos mesmos vícios de inconstitucionalidade

material assacados às normas do mesmo tipo daqueles orçamentos, em anteriores Pareceres.

O ponto de partida é a concepção do direito à retribuição (rendimento do trabalho ou remuneração) como um direito fundamental, aproveitando do regime constitucional próprio dos direitos fundamentais, em toda a sua extensão, sobrelevando também o aspecto garantístico, com o significado de verdadeiro comando para o Estado (é o que se extrai das normas dos arts. 59º, n.º 1, a), e 2, a), 18º, n.º 1, 165º, n.º 1, b), 9º d), e 81º a), da CRP).

Depois, a ideia de medida orçamental, que cativa na origem o desconto, e que, por isso, redonda em receitas para o Estado, assimiladas ou equiparadas a uma receita tributária, a que preside predominantemente o princípio da conveniência.

Chega-se, assim, ao patamar do princípio da irretroatividade dos salários, isto é, a proibição da diminuição dos salários, que, aliás, é uma solução legal imperativa decorrente do art. 129º, n.º 1, d), do Código do Trabalho, sem mais, para o sector privado (também o RCTFP, quanto à relação de emprego público, proíbe à entidade empregadora pública “diminuir a remuneração, salvo os casos previstos na lei” - art. 89º, d)).

E, a CRP não abre uma via fácil para permitir ao legislador uma redução/abaixamento das remunerações, conquanto expressamente não preveja no seu texto aquele princípio da irretroatividade dos salários.

Com efeito, de múltiplas normas da CRP, em especial, as dos arts. 1º, 9º, d), 59º, n.º 1, a) e n.º 2, a), 59º, n.º 3, e 81º, a), pode perfeitamente colher-se a ideia de que não estava e não está no propósito do legislador constituinte dar o aval a um tipo de medidas redutoras ou até eliminatórias daquelas injunções normativas da CRP, que, aliás, o legislador ordinário respeitou no Código do Trabalho e no CTFP, quanto à proibição da diminuição dos salários.

Deste modo, à luz da norma do art. 16º, n.º 1, da CRP, que não exclui direitos fundamentais “constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional”, em conjugação com as normas acima identificadas da CRP, pode afirmar-se que o princípio da irretroatividade dos salários é vinculativo para o legislador dos orçamentos. Não sendo ele respeitado, como não foi, pela norma do art. 26º da Proposta do OE, enferma esta de inconstitucionalidade material.



“**Na Proposta do OE para 2013 há soluções com incidência orçamental que levantam também dúvidas quanto à sua conformidade com a Lei Fundamental, e que tocam com direitos subjectivos e interesses legítimos dos trabalhadores da Administração Pública.**”

Pode ainda acrescentar-se a censura constitucional fundada na violação da directriz que consta da norma do art. 105º, n.º 2, segundo a qual, em matéria contratualizada, como é o figurino actual corrente da relação de emprego público, é sempre devido respeito à matéria preexistente, à data da feitura do OE.

Os contratos de trabalho têm de ser pontualmente cumpridos e não podem ser negativamente afectados.

4. Outros pontos críticos

Na Proposta do OE para 2013 há soluções com incidência orçamental que levantam também dúvidas quanto à sua conformidade com a Lei Fundamental, e que tocam com direitos subjectivos e interesses legítimos dos trabalhadores da Administração Pública.

No essencial, e por ser o mais importante, pode destacar-se:

- O aumento da idade da aposentação para os 65 anos, como consta do artº 79º da Proposta, contrariando o compromisso assumido pelo Governo e traduzido no artº 3º da Lei 60/2005, de 29 de Dezembro.

- As reduções previstas para os valores das horas extraordinárias ou acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário, como prevê o art. 43º da Proposta.

- As reduções previstas para os valores das ajudas de custo, como prevê o art. 40º da Proposta.

Em tudo isto perpassa um aspecto comum, que é transversal àqueles pontos, e é o da violação do princípio da protecção da confiança, enquanto traduz a incidência subjectiva da tutela da segurança jurídica, representando ambos uma exigência indeclinável da realização do princípio do Estado de direito democrático (art. 2º da CRP). Com efeito, a afectação de expectativas, em sentido desfavorável para os trabalhadores é inadmissível, quando constitua uma mutação da ordem jurídica com que, razoavelmente, os destinatários das normas dela constantes não possam contar.

É o que aqui acontece, nomeadamente, quanto ao aumento da idade da aposentação, devendo considerar-se arbitrário o sacrifício e excessiva a frustração de expectativas.² ●

1. E é violado ainda o princípio geral do enriquecimento sem causa (art. 473º do Código Civil), quanto aos reformados e aposentados, na medida em que se verifica uma obtenção de vantagens de carácter patrimonial para a CGA e para o Centro Nacional de Pensões (os descontos que os reformados e aposentados fizeram). A circunstância da suspensão do pagamento do subsídio de férias para os reformados e aposentados não ser total, mas de 90%, não tem aqui relevância.

2. Sem esquecer que as pensões pagas a um único titular vão ficar sujeitas a uma contribuição extraordinária de solidariedade (CES), nos termos cominados no art. 76º da Proposta do OE para 2013, o que significa a afectação de uma legítima expectativa consistente na manutenção, pelo menos, das pensões percebidas em 2012, já por si degradadas com o OE para 2012, influenciando, pela negativa, a tomada de opções e a formação de planos de vida assentes na continuidade dessa situação. O que se traduz na violação do princípio da protecção da confiança e do princípio da proibição do retrocesso social, em conjugação com a directiva extraída da norma do art. 72º da CRP, para a terceira idade (direito à segurança económica).

www.fenprof.pt
Toda a informação. Actualização diária.



Esta luta em defesa do Ensino Superior e da Investigação é parte integrante e indissociável da luta por um Portugal mais desenvolvido e mais justo, livre das políticas de empobrecimento e de ataques ao Estado Social.

RESOLUÇÃO

É necessário um sobressalto cívico em defesa do Ensino Superior e da Ciência

A FENPROF reuniu o seu Conselho de Departamento do Ensino Superior e Investigação num momento dramático da vida do País e do Ensino Superior e da Ciência em particular.

Iniciou-se o ano letivo, neste final de 2012, num quadro de profundas dificuldades no Ensino Superior:

A maioria das instituições do Ensino Superior estão depauperadas e faltam condições essenciais para o seu funcionamento;

Houve uma redução de algumas centenas de estudantes portugueses no acesso ao Ensino Superior Público, resultado do empobrecimento da população e das novas regras de acesso, e não por razões demográficas, nem por o país já ter atingido os desejáveis níveis de frequência de Ensino Superior;

Baixou o número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento concedidas pela FCT, no âmbito do concurso nacional, e têm ocorrido atrasos no pagamento das bolsas, encontrando-se os bolsistas justamente insatisfeitos com as alterações ao seu estatuto;

Os docentes do Ensino Superior e os investigadores foram alvos da política geral de empobrecimento, tendo os seus rendi-

mentos baixado em cerca de um terço nos últimos três anos;

Dezenas de docentes convidados ou equiparados foram despedidos e a muitos estão a ser impostas cargas letivas superiores às definidas na contratação e nos estatutos;

Estão a aumentar as ilegalidades e as injustiças relativas: professores de carreira a auferir salário de assistentes; professores a quem o título da agregação não confere o vencimento correspondente; professores e investigadores com carreiras bloqueadas;

Os docentes e os investigadores das instituições de Ensino Superior Particular e Cooperativo mantêm-se sem instrumento regulador de contratação e de carreira, assistindo-se ao acentuar dos despedimentos e das arbitrariedades, designadamente, nas desigualdades de tratamento entre docentes, na redução do número de horas letivas e da correspondente remuneração;

Não se conhecem os resultados da ava-

liação do concurso anual dos projetos de investigação científica, sendo certo que já se perdeu um ano e que paira uma grande incerteza sobre todo o quadro do financiamento da Ciência;

Os graves atrasos na transferência de verbas da FCT para os Centros de Investigação e para os Laboratórios Associados estão a pôr em causa a execução de muitos projetos estratégicos e o pagamento de bolsas e salários de investigação.

O Conselho de Departamento reúne-se num momento marcado pela apresentação e discussão, na Assembleia da República, da proposta de Orçamento do Estado para 2013.

Esta proposta de Orçamento do Estado para 2013 é insustentável e elege o empobrecimento das famílias e a destruição do designado Estado Social e dos serviços públicos, como objetivo central da governação: corta nos rendimentos do trabalho; falta ao respeito aos trabalhadores e aos reformados; ataca a dignidade das profissões docente e de investigação; reduz o investimento na Educação.

No que respeita ao Ensino Superior e à Ciência, a proposta de Orçamento determina:

Um corte efetivo no financiamento, que oscilará entre os 8% e 12%, consoante a instituição, em resultado de cortes já anunciados anteriormente (média de 2,7% no Universitário e 3,2% no Politécnico), do aumento da contribuição para a B-on, do aumento dos encargos com a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações (de 15% para 20%) e da não transferência da verba total necessária para o pagamento do subsídio de Natal aos trabalhadores (subsídio que irá ser retirado pela via do aumento do IRS);

Uma insuficiente e desigual atribuição de verba, quer entre os subsistemas universitário e politécnico, quer entre instituições do mesmo subsistema de ensino superior, destinada à Ação Social Escolar.

Efeitos devastadores

À redução das verbas consignadas diretamente no OE vai somar-se ainda uma diminuição da capacidade de captação de verbas próprias, decorrente da recessão económica provocada pela política seguida. Desde logo pela diminuição das receitas provenientes das propinas, resultado do abandono escolar de muitos estudantes e da redução das inscrições em mestrados e doutoramentos (segundos e terceiros ciclos). Mas, igualmente, pela diminuição das verbas para a investigação científica e como

resultado das dificuldades económicas das empresas que irão recorrer ainda menos às instituições do ensino superior.

Este Orçamento, a ser aprovado, irá ter efeitos devastadores no ensino superior. Muitas instituições já anunciaram que não conseguem funcionar com estes cortes.

Em causa estará o próprio funcionamento normal das instituições, a qualidade e quantidade das formações, a renovação de equipamentos laboratoriais, a manutenção e conservação de edifícios, o emprego de docentes e investigadores, o prestígio interno e externo do sistema de ensino superior português, a satisfação das legítimas aspirações dos portugueses, a capacidade da oferta pública e a sua distribuição no território nacional (interior e litoral) e o interesse estratégico do ensino superior para o desenvolvimento do país.

Apelo da FENPROF

A FENPROF saúda as tomadas de posição do CRUP, do CCISP, dos Reitores, dos Presidentes dos Institutos Politécnicos, bem como de muitos dirigentes das instituições e apela a toda a Academia e a todas as suas entidades representativas, incluindo as Associações de Estudantes, para que se unam na defesa do Ensino Superior e da Ciência, pressionando os grupos parlamentares a rejeitar esta proposta de Orçamento do Estado para 2013 e, em sede de discussão na Assembleia da República, garantir a sua alteração.

A tarefa que hoje se impõe é a da defesa do Ensino Superior e da Ciência cuja sobrevivência está em causa.

Esta luta em defesa do Ensino Superior e da Investigação é parte integrante e indissociável da luta por um Portugal mais desenvolvido e mais justo, livre das políticas de empobrecimento e de ataques ao Estado Social.

A FENPROF apela a todos os docentes e investigadores para que se unam na defesa do Ensino Superior e da Ciência e na defesa da dignidade profissional, juntando-se à luta geral contra esta proposta de Orçamento. Os docentes e os investigadores, ao lutarem pela defesa do Ensino Superior, não estão a fazê-lo para serem qualquer exceção, mas, pelo contrário, porque não o são e estão a ser alvo da mesma política de extorsão e empobrecimento.

Os docentes, ao lutarem no quadro geral da FENPROF e da CGTP contra este Orçamento do Estado, estão ao mesmo tempo a defender o Ensino Superior, a Investigação Científica, as instituições que dão corpo ao sistema e os direitos dos docentes e dos investigadores e, simultaneamente a lutar por um futuro melhor para o País.

Na luta global contra esta proposta de Orçamento e esta nefasta política, são objetivos específicos dos docentes e investigadores:

- Garantir níveis de financiamento dignos para o Ensino Superior que permitam

potenciar as capacidades instaladas, manter as formações e a sua qualidade, aumentar o número de estudantes;

- Garantir que todos os Professores terão o salário correspondente à sua categoria;

Isto diz respeito, desde logo, ao caso dos colegas que foram contratados, este ano, como Professores Auxiliares ou Professores Adjuntos, após terem terminado os seus doutoramentos ou obtido o seu título de especialista (caso do ES Politécnico) e a quem o próprio Ministro já foi obrigado a reconhecer que é uma obrigação legal contratar com as correspondentes remunerações.

Mas diz respeito, igualmente, ao reconhecimento de que os Professores Auxiliares, Associados e Coordenadores, ao obterem o título de agregação, transitam de categoria salarial.

- Criar condições para a conclusão da formação específica a que estão atualmente obrigados os docentes do Ensino Superior, sobretudo os do Politécnico, abrangidos pelo regime de transição, particularmente para a realização de doutoramentos;

- Lutar pela abertura de concursos, combatendo o envelhecimento dos corpos docentes e de investigação; lutar pela integração dos investigadores contratados na carreira de investigação científica;

- Combater os despedimentos, designadamente dos colegas convidados ou equiparados que em muitos casos cumprem tarefas permanentes a tempo integral, e noutros garantem uma ligação ao exterior, fazendo todos eles falta ao sistema do Ensino Superior;

- Lutar contra tentativas de reorganização da rede de instituições do ensino superior e da rede de centros de investigação ditada por critérios exclusivamente economicistas, pela troika e pelo governo português, pois deste governo é inútil esperar qualquer reorganização que tenha em vista a melhoria do Ensino Superior;

- Garantir a manutenção de um financiamento plurianual de base para todos os Centros de Investigação com avaliação positiva, de financiamentos dignos para os Laboratórios de Estado e as suas missões, bem como de níveis de financiamento suficientes, para projetos e para bolsas, que permitam continuar a afirmar e internacionalizar a investigação que se faz em Portugal.

O Conselho de Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF apela a todos os docentes e investigadores, independentemente da sua filiação sindical e da sua orientação partidária, para que participem nas várias ações e lutas contra esta política, com destaque para as grandes iniciativas promovidas pela FENPROF e a CGTP, de que se destaca a Greve Geral a 14 de novembro, e que estão a gerar um clima de grande convergência e unidade entre os trabalhadores e as suas organizações representativas, mesmo no plano europeu, como confirma a marcação de uma jornada de luta, pela Confederação Europeia de Sindicatos, também para esse dia. Em Espanha e Grécia, entre outros, foi marcada também Greve Geral. ●

Perdas orçamentais por universidade previstas no OE 2013

Instituição	Perda Orçamental 2013	Perda face OE 2012
Coimbra	5.292.620€	7,8%
Lisboa	6.977.870€	9,7%
Porto	9.064.018€	9,1%
UTL	7.164.618€	9,3%
UNL	4.146.803€	7,6%
Aveiro	3.778.679€	9,7%
Minho	4.450.168€	9,2%
Évora	3.215.076€	11,1%
Açores	1.458.765€	11,7%
Algarve	3.649.090€	12,6%
UTAD	3.059.571€	11,6%
UBI	1.767.934€	8,9%
Madeira	1.031.354€	11,2%
Aberta	738.780€	8,5%
ISCTE-IUL	1.093.411€	7,4%
Ensino Universitário	56.888.756€	9,4%

Nota: Diminuição da dotação atribuída; FCCN; Subsídio 13^o mês; Aumento da contribuição patronal CGA+SS
Fonte: CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas



EUROPA

Acções sindicais comuns pela educação

MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

O **Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE)** é a Região Europeia da IE (Internacional de Educação), de que a FENPROF é membro fundador. Representa 135 sindicatos da educação na Europa e 12,8 milhões de professores de todos os níveis de ensino (do pré-escolar ao ensino superior). O CSEE é um parceiro social na área da educação a nível europeu e uma das 10 federações da Confederação Europeia de sindicatos (CES).

Convergências europeias

A FENPROF tem procurado aprofundar os seus contactos com os sindicatos membros do CSEE, de forma bilateral e multilateral, para debater a acção sindical contra os planos de austeridade e as políticas neoliberais. Nesse sentido, participou numa reunião em Paris, nos dias 24 e 25 de Setembro, a convite do SNES (Syndicat des Enseignants du Second Degré), com representantes da FLCCGIL (Itália), GEW (Alemanha), e OLME (Grécia).

Questões em debate

Como implementar a convergência e desenvolver iniciativas concretas em termos de mobilização à escala europeia? Como pode

o sindicalismo docente contribuir de forma efectiva para a mobilização em curso visando influenciar as políticas definidas e conduzidas a nível europeu? Que tipo de intervenção em direcção aos organismos europeus, como a Comissão e o Parlamento?

Iniciar uma campanha europeia

Na sequência do debate sobre a situação política, económica e social de cada um dos países representados, decidiu-se trabalhar na elaboração de um documento comum. Este documento analisará, com base em exemplos concretos, o impacto da crise no sector da educação, assim como as consequências para os professores e para os alunos. Será difundido pelas outras organizações sindicais para que se envolvam também neste processo. Servirá igualmente de suporte a uma campanha dirigida aos eurodeputados. Esta iniciativa visa essencialmente criar condições para reforçar a resistência e a organização de acções comuns. As próximas reuniões do CSEE, nomeadamente o congresso em Novembro, assim como as iniciativas como o Alter Summit serão igualmente ocasiões de debate. ●

BREVES



Apelo ibérico à Greve Geral

Procurado intervir ativamente em todas as iniciativas tendentes a reforçar o combate sindical a nível europeu contra as políticas de austeridade e o desinvestimento na educação, a FENPROF promove nos próximos dias 8 e 9 de novembro, conjuntamente com todas as federações sindicais espanholas, duas conferências de imprensa, em Lisboa e em Madrid, para apelar à participação dos professores dos dois países na greve geral de 14 de novembro. ●

14 novembro: Jornada europeia de ação

Com o objetivo de mobilizar o movimento sindical europeu por um contrato social para a Europa, a CES convocou para 14 de novembro uma jornada europeia de ação e de solidariedade. Em Portugal, Espanha, Grécia, Malta e Chipre já foram convocadas para este dia greves gerais. ●



Fórum Social Europeu

A Cimeira Alternativa é um processo recentemente posto em marcha e que surge na sequência dos Fóruns Sociais a nível europeu. Partindo das dinâmicas nacionais e regionais, o seu objetivo é construir um contra projeto europeu apoiado por um número significativo de sindicatos e associações. Esta Cimeira Alternativa, na qual a FENPROF e a CGTP vão participar, vai ter uma primeira reunião em Florença, no dia 11 de novembro, à margem de Florença 10+10, acontecimento comemorativo do aniversário do primeiro Fórum Social Europeu. Essa poderá ser uma primeira ocasião para, alargando o círculo dos parceiros sindicais na educação, avançar com ações a nível europeu (distribuição de um folheto elaborado conjuntamente, interpelação dos parlamentares europeus, ação mediática no mesmo dia em vários países...). ●



Joëlle Casa, FLC-CGIL, Itália

A Itália é um exemplo típico de uma política europeia que é um falhanço completo ao nível económico e financeiro, assim como ao nível social, com um recuo nos direitos dos trabalhadores e reduções de salários no setor público e no privado. O início das reformas, como exige a União Europeia, começou com o governo Monti. ●



Ulrich Thöne, GEW, Alemanha

O pacto fiscal é agora uma realidade. É necessário iniciar uma ação por todo o lado na Europa para redistribuir a riqueza. E no setor da educação, a privatização está a ganhar terreno. Na Alemanha, 7,5 milhões de pessoas com mais de 14 anos sofrem de iliteracia e há falta de professores qualificados. ●



Themis Kotsifakis, Olme, Grécia

A Grécia é o laboratório da Europa. O governo saído das eleições, com uma coligação de três partidos, conduz a mesma política de austeridade, ainda mais dura. Novas reduções de salários (40% desde o início da crise) e pensões, introdução de novos impostos. A situação é muito grave e é difícil acabar com as políticas da troika. ●



Odile Cordelier, SNES, França

São urgentes ações fortes e visíveis à escala europeia. Estas não têm existido, apesar de a CES ter condenado o Tratado Orçamental Europeu e as lógicas de austeridade largamente dominantes na Europa: redução do emprego público, dos salários e das pensões, ataques aos direitos do trabalho, aos salários e à negociação coletiva, negação da democracia, etc. ●



Pedro Gonzalez, FECCOO, Espanha

Os cortes na educação em Espanha reduziram a percentagem do PIB para o valor que existia em 1990, quer dizer, retrocedemos 22 anos no que diz respeito ao investimento em educação em Espanha. Estamos perante um ataque sem precedentes ao direito fundamental à educação e a um retrocesso histórico do papel da educação como elemento redutor das desigualdades. ●

AUSTERIDADE, DESEMPREGO, EMPOBRECIMENTO...

Sacrifícios inúteis

Dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), referentes ao segundo trimestre de 2012, revelam que Portugal foi, depois da Grécia e da Espanha, o país da organização que mais emprego destruiu. Na Educação, a situação assume particular gravidade.

HENRIQUE BORGES (Membro do SN da FENPROF)

São já milhares os professores no desemprego, e é previsível que o número venha a aumentar, tendo em consideração a significativa redução de verbas para o setor prevista na proposta de Orçamento de Estado para 2013. De acordo com o Diário Económico (17.10.2012), "a Educação vai ser a área social com maior corte real de verbas em 2013", apesar de não ser ainda "possível determinar a redução global exacta feita no ministério de Nuno Crato". O corte orçamental na Educação e Ciência será bastante superior ao inicialmente estimado. No Básico e Secundário o corte atinge os 703 milhões de euros (menos 11%) e no Superior os reitores garantem que haverá também um corte real, admitindo mesmo o encerramento de universidades.

Se os professores portugueses estão entre os docentes da Europa mais penalizados pela crise económica, com um corte médio de cerca de 20% nos rendimentos entre 2010 e 2012, fruto da redução salarial e do não pagamento dos subsídios de férias e de Natal, as medidas anunciadas para 2013 vão agravar ainda mais as suas condições de vida e de trabalho.

Não é com a redução salarial que se dinamiza a economia, nem as despesas com pessoal representam 80% das despesas totais da Administração Pública, como afirmou com desfaçatez António Borges, conselheiro do Governo para as privatizações – de acordo com o relatório que acompanhou a proposta de OE'2012, do atual executivo, as despesas com pessoal representam 21,3% das despesas totais da Administração Pública (central, local e regional).

A política de austeridade recessiva, severa e/ou assimétrica, que o governo de Passos Coelho e Paulo Portas quer impor,

mais do que profundamente injusta do ponto de vista social, é "incompatível com qualquer perspectiva futura de crescimento económico ou de melhoria de vida da esmagadora maioria dos portugueses", como explica Eugénio Rosa (Le Monde Diplomatique, edição portuguesa, outubro de 2012).

A CGTP-IN apresentou um conjunto de propostas para evitar sacrifícios inúteis e a destruição da economia. A saber: criação de uma taxa sobre as transações financeiras; introdução de progressividade no IRC; aplicação de uma sobretaxa sobre os dividendos distribuídos; combate à fraude e à evasão fiscais. São medidas que, no conjunto, permitiriam uma receita adicional próxima dos seis mil milhões de euros. Cabe perguntar: por que razão não são consideradas? A resposta não é simples. Está no Memorando de Entendimento sobre as Condições de Política Económica, que, pelo facto de "condicionar", determina a política a seguir – razão pela qual deveríamos denunciá-lo. Está em "A Doutrina do Choque: a Ascensão do Capitalismo de Desastre (2007)", onde Naomi Klein descreve o modo como são aproveitadas algumas situações de crise para implementar políticas de liberalização da economia, de destruição de serviços públicos, de precariedade e de redução salarial, com o conseqüente empobrecimento das populações e o enriquecimento de minorias. Está no Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação, que, longe de ser um texto puramente técnico, confere competências políticas cada vez mais importantes a instituições (ditas técnicas) que escapam a qualquer controlo democrático e que, segundo algumas opiniões, corresponde a mais um ato de desmantelamento da democracia nos países europeus, com pesadas conseqüências políticas e sociais. ●

“ Não é com a redução salarial que se dinamiza a economia, nem as despesas com pessoal representam 80% das despesas totais da Administração Pública, como afirmou com desfaçatez António Borges, conselheiro do Governo para as privatizações. ”



Marcha contra o Desemprego deixa forte apelo à participação na Greve Geral de 14 de novembro

Terminou no dia 13 de outubro, em Lisboa, a Marcha contra o Desemprego, ação da CGTP-IN iniciada no dia 5 desse mês, no Minho e no Algarve.

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (jornalista)

Muitos professores estiveram envolvidos nesta iniciativa, através dos Sindicatos da FENPROF. A solidariedade com os manifestantes foi uma das notas salientes desta jornada na passagem por diferentes localidades do país. No dia 13, sábado, a coluna do sul concentrou-se no Cais do Sodré e a do norte na Alameda D. Afonso Henriques. Milhares de participantes convergiram de cada um desses locais para a Praça da Figueira e prosseguiram juntos, numa grande manifestação de protesto e de alerta contra o flagelo social do desemprego, que culminou junto à Assembleia da República, onde se registou uma inter-

venção do Secretário Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos.

Contra o empobrecimento da sociedade pelo direito ao futuro
O dirigente da Central afirmou que “o Governo deve pedir desculpa aos portugueses e sair pela porta dos fundos” (não faltaram os lenços brancos e palavras de ordem como “Está na hora, está na hora do Governo se ir embora!”), tendo lembrado algumas das propostas da CGTP-IN para o equilíbrio das contas públicas e a promoção do crescimento e do emprego, fatores essenciais no combate ao empobrecimento da sociedade, a grande aposta do Governo PSD/CDS. “O

Orçamento do Estado é um massacre aos rendimentos dos trabalhadores, dos jovens, dos pensionistas, dos reformados e dos micro e pequenos empresários. A despesa pública é incontrolável, parasitária e escandalosa. Exigimos que os impostos pagos pelos trabalhadores e pelos pensionistas deixem de alimentar a alta finança e os grandes grupos económicos, que hoje promovem o assalto ao Estado”, sublinhou.

Direito à resistência

“A luta é de unidade na acção! Vamos realizar uma Grande Greve Geral no dia 14 de novembro de 2012! Por nós, pelas novas gerações, pelo futuro de Portugal! Vamos todos, independentemente dos posicionamentos político-sindicais, participar nesta grande luta que é de todos e para todos. Se a ofensiva é global a resposta tem de ser geral. Vamos todos vestir a camisola do trabalho. Vamos fazer do dia 14 de Novembro, um marco histórico da luta dos trabalhadores portugueses!” – sublinhou Arménio Carlos.

É necessário, acrescentou, “exercer o direito à resistência, contra as medidas ilegítimas que põem em causa direitos, liberdades e garantias! Uma resistência que assenta, não na violência, mas nos argumentos e na razão, que nos assiste, bem como na possibilidade concreta de acabarmos com este Governo e esta política, antes que este Governo e esta política acabem com o país!” ●



Contra o (desnecessário) flagelo do desemprego

JOÃO LOUCEIRO (Membro do SN da FENPROF)

Através da Carla, da Ana Rita e da Elsa, professoras, desempregadas, afastadas pelo Governo das escolas e da sua profissão, uma grande saudação a todos e todas que deram corpo, sentido e dimensão à Marcha Contra o Desemprego organizada pela CGTP-IN; a primeira, integrando a Marcha desde o arranque até ao término, em Lisboa; as outras, engrossando a luta na passagem pelo meu distrito. São nomes de três colegas que retive, entre muitos outros trabalhadores que marcharam contra o desemprego, fossem trabalhadores no ativo ou desempregados, fossem ativistas sindicais ou populares que, de forma tocante para quem viu, entenderam e partilharam a necessidade deste brado contra o desemprego em Portugal. Há alternativas; temos é que lutar por elas.

A Marcha arrancou em simultâneo de Braga e de Faro no dia 5 de outubro, coincidindo, aliás, com a celebração do Dia Mundial do Professor. Percorrendo ruas e estradas do país, ocupando praças, visitando empresas e serviços, expressando e recebendo relevantes solidariedades, projetando denúncias e propostas, dando valiosos sinais de luta e inconformismo, chegou a Lisboa no dia 13, reunindo as colunas Norte e Sul numa grande manifestação contra o desemprego.

Entre as importantes ações promovidas nos últimos tempos pela CGTP-IN, a Marcha tem um significado muito especial ao destacar o desemprego, aquele que é, com a imposição do empobrecimento à generalidade dos portugueses, um dos traços mais dolorosos e revoltantes da chamada “crise” e das consequências das políticas que vêm sendo “justificadas” em nome dela.

Professores na Marcha

A participação dos/as professores/as na Marcha e nas ações que lhe deem continuidade – e será, com toda a certeza, obrigação de cada um/a refletir sobre a força que, em iniciativas destas, dá à luta por dias melhores – tem a naturalidade e a necessidade que decorrem da situação vivida entre os trabalhadores docentes. Os últimos dados do desemprego destacam-nos como um dos grupos em que o flagelo continua a acentuar-se de forma brutal, impondo sucessivos e lamentáveis recordes estatísticos que são a ponta do icebergue de vastos e angustiantes dramas pessoais e familiares. A luta dos professores tem a reforçar a justiça e a inteligência o sabermos que o Governo tomou e quer continuar a tomar medidas deliberadas para o provocar, calculadamente, esse mesmo desemprego; não se trata de outra

coisa que não, no que é fundamental, a opção de quem governa. É por meios destes que o Governo quer reduzir a “despesa do Estado”... É assim que faz caminho para degradar as funções sociais do Estado, no sentido da sua “reconfiguração”, tornando-o mínimo em áreas como a Educação mas máximo na proteção de grandes interesses e grandes negociatas. Há alternativas a isto, não nos digam o contrário! E a CGTP-IN enumerou quatro delas, alternativas razoáveis e justas para a redução de despesa do Estado, precisamente no final da Marcha Contra o Desemprego, frente à Assembleia da República.

Não há professores a mais; por opção do Governo, já há é, intoleravelmente, escola a menos, vida a menos, futuro a menos, país a menos!

É preciso continuar a lutar

Nuno Crato não tem como disfarçar: quer continuar a reduzir professores e educadores no sistema, é esse o seu papel principal na área que tutela. Se o deixarmos, os ainda contratados serão, em breve, os próximos desempregados; os já desempregados nunca mais ingressarão ou regressarão às escolas e à sua profissão. Muitos docentes dos quadros confrontar-se-ão em breve com a mobilidade especial, a extinção do posto de trabalho, uma instabilidade cada vez mais perturbadora, o próprio afastamento da docência.

É preciso continuar a lutar, dar imediata continuidade à Marcha Contra o Desemprego. A 14 deste mês, erguer uma enorme Greve Geral contra as atuais políticas, contra a destruição do país, da esperança, do nosso futuro individual e coletivo; a 14, dia dessa enorme Greve Geral, dar força e visibilidade às manifestações, concentrações, protestos que terão lugar por todo o país, sejamos desempregados, contratados ou dos quadros. Os autores das atuais políticas têm de ficar a saber que têm pela frente a nossa definitiva e irremediável oposição!

(Fica feito o apelo à participação do Jorge, da Lúcia, da Patrícia, do Tiago, da Paula, da Adriana, da Carla, do Bruno... De todos e todas que não tendo participado na Marcha – por impossibilidade, distração, ou hesitação – devem, de uma vez por todas, reforçar o campo dos que lutam. Não o fazerem seria, pelo seu lado, deixar as coisas continuarem... a ser ainda pior do que estão, seria, no fundo, dar campo ao Governo e às suas políticas. E, bem vistas as coisas, o nosso país e as nossas vidas podem ser muito melhores do que isto. Se fizermos por isto, claro.) ●

CONSULTADORIA JURÍDICA

Compensação por caducidade dos contratos a termo resolutivo (certo e incerto)

Uma batalha jurídica imposta pela sobreposição dos aspectos economicistas sobre os direitos legalmente reconhecidos aos docentes.

FÁTIMA ANJOS (Jurista da FENPROF)

Tal como já havia referido na Edição do "Jornal da FENPROF" (nº 253), de Setembro de 2011, o Ministério da Educação abriu um conflito jurídico com os docentes que exercem funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo (certo ou incerto) quando adoptou o entendimento de que a caducidade dos mesmos contratos não confere o direito à compensação prevista no nº 3 do artigo 252º e no nº 4 do artigo 253º, do R.C.T.F.P., aprovado pela Lei nº 59/2009, de 11 de Setembro, por aqueles "serem reclamados ao abrigo de regimes especiais de contratação".

A indiscutível ausência de sustentação legal para tal entendimento do M.E. levou a FENPROF a desencadear diferentes acções no plano institucional e no plano jurídico. No primeiro caso, procedeu à denúncia da situação junto da Provedoria da Justiça, da Procuradoria-Geral da República e do Sr. Presidente do S.T.A e, no segundo caso, tem vindo a promover, o patrocínio judicial, de forma massiva, dos docentes lesados, através da interposição de muitas dezenas de acções judiciais, a nível nacional, através dos Gabinetes Jurídicos dos Sindicatos que a integram.

Passados que foram dois anos sobre o início deste conflito, e à laia de balanço, constatamos que as diligências desenvolvidas valeram a pena já que surtiram os efeitos almejados. Na verdade, para além do Sr. Provedor da Justiça e da P.G.R terem aderido à tese da ilegalidade de tal entendimento (chegando mesmo, a primeira das referidas entidades, a remeter ao M.E. uma Recomendação, com vista a que o mesmo procedesse à reposição da legalidade, através do reconhecimento do direito, deste universo de docentes, à compensação por caducidade), também os Tribunais Administrativos têm vindo a pronunciar-se no sentido da procedência das pretensões dos que a eles recorreram. De facto, até esta data, já foram proferidas 63 sentenças a reconhecer o direito reivindicado, verificando-se que as mesmas são provenientes da quase totalidade dos tribunais de 1ª instância da Jurisdição Administrativa nacional.

Todas as referidas sentenças foram unânimes em concluir que os argumentos invocados pelo M.E., para recusar o pagamento de compensação por caducidade, não são consentâneas com a lei e com a Constituição, designadamente porque:

- O R.C.T.F.P. teve como matriz o direito laboral privado limitando-se a adequar o regime, no âmbito da Administração Pública, às exigências de interesse público;

- Que nem essas exigências de interesse público, nem a conformação com o direito constitucional de acesso à função pública colidem com o regime legal da compensação por caducidade;

- Que, a ser acolhido, tal entendimento do M.E. conduziria a uma total desprotecção do trabalhador, na medida em que ignora o fim subjacente à consagração das normas em questão ao deixar sem tutela situações que o legislador quis claramente acautelar;

- Que o direito à compensação tem como principal escopo, ocorrer à perda do posto de trabalho e garantir a harmonização da situação precária do trabalho emergente com o princípio da estabilidade e segurança do emprego, constante do artigo 53º da Constituição.

Contra tudo e contra todos, o M.E., continua, contudo, a manter-se irredutível adoptando uma postura autista, exclusivamente focalizada numa perspectiva economicista da questão. Com esta atitude obriga, desnecessariamente, os docentes a recorrerem à via judicial para obterem a tutela dos seus direitos, demonstrando um total desrespeito pelos princípios a que se encontra constitucionalmente subordinado, pelo artigo 266º da Constituição, no âmbito da sua actividade procedimental (princípios da legalidade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa fé).

Por tudo isto, afigura-se imperioso que os docentes que se encontram a exercer funções públicas em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo (certo ou incerto), recorram aos respectivos Sindicatos com vista a desencadear os mecanismos necessários à satisfação deste direito que legalmente lhes é reconhecido. ●



NOTA DA REDAÇÃO:

No momento em que este texto foi escrito, já tinham sido proferidas 63 sentenças favoráveis aos professores, no maior megaproceto de que há memória contra um ministério da Educação, mas que, apesar da ação dos tribunais, o MEC teima em não satisfazer através de instruções claras para as escolas, com claro prejuízo para o Estado português.



As soluções técnicas para uma justa mas inqualificavelmente adiada vinculação de professores e educadores contratados poderão e deverão ser discutidas e encontradas.

Vinculação de professores:

Proposta do MEC não respeita princípios legais

A FENPROF defende que os professores que lecionam no ensino público não deverão ser, nem beneficiados, nem penalizados em relação ao que acontece no setor privado e, por essa razão, a alteração do contrato a termo para contrato por tempo indeterminado (vinculação) deverá respeitar as normas estabelecidas no Código de Trabalho, aliás, reiteradas em diretiva comunitária que, contudo, o Governo português teima em não acatar.

Uma vez mais, o MEC foge ao cumprimento dessa obrigação ao apresentar um projeto de "concurso externo extraordinário", alegadamente um regime de vinculação extraordinária. O que o MEC prevê é a possibilidade de os docentes com 3.600 dias efetivos de serviço (excluindo desse grupo os docentes com tempo cumprido nas Regiões Autónomas, AEC ou na dependência de outros ministérios, por exemplo) se apresentarem a um concurso cujas vagas serão as que o Governo decidir quando este se iniciar. Qual o número de docentes que reúnem estes requisitos, nem o MEC soube responder; já em relação ao número de vagas a abrir, provavelmente só o MEC saberá dizer. Todavia, os docentes que obtiverem colocação neste concurso integrarão a carreira mas no 1º escalão, independentemente do seu tempo de serviço, e serão os únicos para quem as obrigações legais de candidatura a futuros concursos (concurso geral de 2013 e eventual candidatura a DACL) terão um âmbito nacional. A FENPROF manifestou o desacordo em relação à proposta apresentada

pelo MEC e reiterou as posições (que publicamos, novamente). Na próxima terça-feira, dia 30, a FENPROF divulgará o seu parecer relativamente ao projeto do MEC, prevendo-se nova reunião para dia 5 de novembro, pelas 11 horas. Espera-se que, nessa reunião, o MEC assumira posições francamente distintas das que, até agora, apresentou. ●

As propostas da FENPROF

- Vinculação extraordinária de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço, cumpridos até 1 de setembro de 2012 ou completados até ao momento de concretização do processo de vinculação extraordinária, incluindo os que exerceram atividade docente em 2011/2012, ainda que, tendo decorrido, não tenham sido colocados em 2012/2013;
- Todos os candidatos que reúnam o requisito de tempo de serviço estabelecido serão opositores a um concurso externo extraordinário que servirá para garantir uma colocação em respeito pela sua graduação profissional.
- Este concurso externo extraordinário decorrerá depois de ter sido efetuada a mobilidade de docentes dos quadros.
- Para este efeito, serão preenchidos lugares de escola ou agrupamento, bem como, eventualmente, de áreas

geográficas a estabelecer em sede negocial.

- Independentemente do regime que vier a ser fixado, os requisitos que forem estabelecidos deverão abranger os docentes que em 31 de agosto de 2012 reunissem as condições exigidas.
- Após este momento extraordinário de vinculação, os requisitos fixados deverão passar a aplicar-se, dinamicamente.
- Os docentes com habilitação própria que, eventualmente, venham a ser abrangidos, deverão aceder à profissionalização em serviço no prazo máximo de dois anos, cabendo ao MEC criar as condições para que tal aconteça.

Até ao momento de obtenção da profissionalização, o vínculo adquirido será provisório. As soluções técnicas para uma justa mas inqualificavelmente adiada vinculação de professores e educadores contratados poderão e deverão ser discutidas e encontradas.

Mas os termos em que a FENPROF faz a presente proposta correspondem ao estabelecimento de um quadro de legalidade no exercício da profissão docente, ao respeito por preceitos constitucionais, bem como ao enquadramento da situação dos docentes portugueses em normas e diretivas internacionais. Não menos importante, correspondem às necessidades das escolas, aos interesses dos alunos e da população em geral e a uma justiça que tarda em relação a muitos profissionais docentes. ●

SESSÃO PÚBLICA

Os professores merecem carinho, reconhecimento e confiança

“Apesar de Portugal ser um país com muitos problemas na Educação, este setor tem sofrido rudes golpes orçamentais: 800 milhões em 2011 e 1.500 milhões em 2012 passando, em apenas de dois anos, de 5,7 para 3,9% do PIB, um dos lugares mais baixos no contexto europeu. As Grandes Opções do Plano anunciam novo corte de 0,4%, ou seja, de cerca de 700 milhões de euros. Se isto acontecer, estamos perante um corte de 3.000 milhões de euros na Educação, em apenas três anos. Não é forte afirmar que, a concretizar-se, estaremos perante um corte assassino”.

São palavras de Mário Nogueira na intervenção de encerramento da sessão solene do Dia Mundial dos Professores, realizada na manhã de 5 de outubro (sexta-feira), no auditório da Escola Secundária de Camões, em Lisboa.

Também estiveram presentes na Mesa, dirigida por João Cunha Serra, Presidente do Conselho Nacional da Federação, o antigo Secretário Geral da FENPROF, Paulo Sucena, homem de letras que presidiu ao júri do Concurso de Poesia António Gedeão e ainda Paulo Loureiro, da SECRE/Corretores de Seguros, que patrocinou esta iniciativa; e Miguel Ribérinho, em representação da Delta Cafés, que apoiou o concurso de artes plásticas, a partir do qual foram selecionadas

12 ilustrações para uma coleção de pacotes de açúcar, em circulação desde o passado dia 20 de setembro. Foram a concurso mais de 100 trabalhos.

Concurso literário de poesia “António Gedeão” ... e um país arrastado para o nada...

Paulo Sucena, em breve improviso, saudou a FENPROF e a SECRE “por este gesto amigo da cultura, num país que está a ser arrastado para o nada”, alertando para as consequências das opções políticas que “desfiguram a democracia” e que “põem em causa a identidade do país”.

Antes de anunciar o nome da vencedora do concurso literário, Paulo Sucena realçou o exemplo de Rómulo de Carvalho/António Gedeão, “um grande nome da cidadania, do ensino, da pedagogia, da cultura e da poesia”.

Por unanimidade, o júri do concurso, que integrou também José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores (APE) e a escritora Lídia Jorge, ambos docentes universitários, escolheu o trabalho “Vozes”, de Ana Luísa Amaral, que, devido a compromissos no estrangeiro, não esteve presente nesta sessão. ●

➤ INFO www.fenprof.pt



Lisboa, Escola Secundária de Camões

Luta contra o desemprego no Dia Mundial dos Professores



Faro



Beja



Braga



Angra do Heroísmo

compromissos com determinados “valores pedagógicos e sociais”. ●

Professores preocupados com desemprego e precariedade

FARO

O SPZS em Faro assinalou o Dia Mundial do Professor com uma concentração de docentes em Faro. A iniciativa contou com a presença de dezenas de professores, educadores e da população algarvia que comemorou o Dia Mundial do Professor com intervenção sindical, música popular e de intervenção e momentos de poesia. ●

ÉVORA

Em Évora, o SPZS realizou várias ações onde se incluem uma concentração com intervenção sindical, uma exposição alusiva ao Dia Mundial do Professor, e animação musical. ●

BEJA

O SPZS procedeu à pintura de um mural alusivo à data e à defesa da Escola Pública, onde durante todo o dia vários foram os intervenientes, desde os docentes aos alunos, aos pais e populares. ●

AÇORES

O SPRA assinalou o Dia Mundial do Professor com manifestações em Angra do Heroísmo, ilha Terceira e Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, onde estiverem presentes centenas de professores que desfilarão pelas ruas das duas cidades. Esta iniciativa, integrada na Marcha Nacional contra o Desemprego pretendeu chamar a atenção para o desemprego crescente na região Açores e para a precariedade da função docente.. ●

NORTE Professores do Norte contra o desemprego

Na área geográfica do Sindicato dos Professores do Norte, o Dia Mundial dos Professores foi assinalado com o arranque da Marcha Contra o Desemprego – entre Braga e Guimarães, centenas de professores enquadraram-se na mancha SPN, exprimindo a vontade de continuar a lutar contra as políticas do (des)governo de Passos Coelho e os “contributos” do MEC para o aumento do desemprego docente.

Nos dias seguintes, a marcha prosseguiu nos concelhos de Matosinhos, Valongo, Santo Tirso, Porto, Santa Maria da Feira e S. João da Madeira, sempre com a participação de professores e educadores.

No Porto, distrito com a maior taxa de desemprego, milhares de trabalhadores manifestaram “por ruelas e calçadas” a sua indignação e solidariedade face à precariedade galopante que de forma transversal flagela todos os setores profissionais. Sob a bandeira do SPN, centenas de docentes testemunharam a cumplicidade da população e dos turistas, que enchem as máquinas

fotográficas com memórias da força do Norte – uma força que conta, sempre! ●

MADEIRA “Golpe educacional em curso”

O SPM assinalou o Dia Mundial do Professor com uma conferência de Carlos Estêvão, professor da Universidade do Minho, e a intervenção sindical de Sofia Canha, coordenadora do SPM. Esta denunciou a “espécie de golpe educacional” em curso decorrente do forte desinvestimento no setor, para níveis de há dez anos, que será agravado com os novos “cortes substanciais na despesa” nas funções do Estado anunciados pelo Governo da República.

O conferencista abordou alguns desafios e contradições no modo como os professores encaram e vivenciam a sua profissionalidade na escola atual, que está a ser «descredibilizada». Carlos Estêvão alertou, entre outras coisas, para a obsessão da racionalização técnica, maior controlo e intensificação do trabalho dos professores. Faz com que os docentes percam o “sentido da finalidade do seu trabalho” e tem implicações nos

Professores manifestaram-se em Coimbra

Em Coimbra, a FENPROF trouxe a luta para rua, à semelhança de outros locais do país não deixando passar a data despercebida aos olhos – e aos ouvidos – da população. Na nesse dia designada Praça dos Professores juntaram-se centenas de pessoas que manifestaram a sua rejeição das políticas deste governo e a sua reação aos ataques que têm sido desferidos contra a sua profissão e a Educação. Numa tarde em que Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP, Mário David Soares, do Conselho Económico e Social da União Europeia, e Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF e coordenador do SPRC, expressaram a resistência dos trabalhadores em geral, interna e externamente, e dos professores em particular, foi também tempo para homenagear o homem, o cientista, o professor e o pedagogo Rómulo de Carvalho e o poeta António Gedeão, com a presença do filho e cientista Frederico Carvalho e de Manuel Freire. Depois... depois o Povo saiu à rua e desceu, assim, a Avenida Sá da Bandeira até à Praça 8 de Maio, onde foi aprovada a Declaração dos Professores. ●



ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

Inaceitáveis arbitrariedades e pressões sobre os professores

ANABELA SOTAIA (Membro do SN da FENPROF)

úmeros estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, designadamente com contrato de associação, estão a impor aos seus docentes o cumprimento de um horário letivo superior ao quadro legal aplicável e sem pagamento de trabalho suplementar correspondente, o que é de todo inaceitável e uma manifesta violação dos princípios gerais de direito laboral. Recordamos que estes estabelecimentos estão abrangidos pelo CCT do Ensino Particular e Cooperativo, celebrado entre a AEEP e a FENPROF e publicado em 15 de agosto de 2011, bem como pelo Despacho Normativo 13-A/2012, de 4 de junho, onde se encontra regulada a organização do horário letivo semanal dos docentes dos 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário.

Esta imposição de horário ilegal está a ser feita através de uma declaração de aceitação de horário que as direções destas instituições estão a obrigar os seus docentes a assinarem. Caso não assinem, são alvo, entre outras situações, de despedimento ou de passagem de horário completo para horário a tempo parcial, com a correspondente redução salarial. O resultado de toda esta coação é os professores assinarem, com medo de perderem os seus empregos alguns dos visados.

Os abusos relativamente aos horários de trabalho, ao trabalho extraordinário encapotado, ao trabalho e às reuniões fora de horas, à permanente violação de direitos laborais e profissionais, bem como os processos persecutórios e os despedimentos coletivos são inúmeros e uma constante desde há muito anos a esta parte, mas agora estão a agudizar-se e a multiplicar-se, quicá devido



Os abusos relativamente aos horários de trabalho, ao trabalho extraordinário encapotado, ao trabalho e às reuniões fora de horas, à permanente violação de direitos laborais e profissionais, bem como os processos persecutórios e os despedimentos coletivos são inúmeros e uma constante



à maior proteção governamental que é dada a estas instituições.

Vive-se num clima de medo e de repressão em muitas destas instituições. As histórias são muitas, algumas muito graves, indiciando mesmo crime e, por isso, merecedoras de castigo exemplar, mas o medo de represálias e do desemprego não permite que, quem as vive, as torne públicas. É neste sentido que a FENPROF tem vindo a denunciar estes casos junto da comunicação social, do MEC, da Inspeção-Geral da Educação e Ciência e da própria Procuradoria-Geral da República, para que atuem rapidamente e travem, de uma vez por todas, todo este tipo de situações, impróprias de um Estado de Direito Democrático, e punam exemplarmente os responsáveis por elas. Esperamos que desta vez a culpa não morra solteira...

Temos, no entanto, a certeza, que todas estas atrocidades, ilegalidades e imoralidades acabarão mais rapidamente quando os professores deixarem de ter medo de denunciar publicamente a sua situação, de lutar pelos seus direitos profissionais e por uma vida digna e de combater as injustiças e ilegalidades de que estão a ser alvo.

É preciso dizer BASTA! Basta às ilegalidades, basta às arbitrariedades, basta à chantagem, basta às ameaças! É esse o caminho e não outro. Todos juntos e unidos no mesmo combate, teremos mais força para obrigar os patrões a cumprir a Lei. Estão à espera de quê?! •

ANESPO foge, uma vez mais, à negociação de um contrato coletivo de trabalho



A pedido da FENPROF teve lugar no final de setembro uma reunião com representantes da ANESPO (Associação Nacional de Escolas Profissionais), com vista ao prosseguimento das negociações para a celebração de um CCT para os trabalhadores das escolas profissionais. Trata-se de um processo que tem sofrido diversas paragens e arranques, mas relativamente ao qual a FENPROF tem exigido propostas e medidas, tendo em conta que esse é também o desejo dos trabalhadores docentes representados por nós.

Contudo, a ANESPO comunicou não estarem, neste momento, reunidas as condições para tal, justificando esta sua posição, que parece ser do seu agrado, com a constituição de uma Confederação de Educação e Formação, com a AEEP, no âmbito da qual, alegadamente, irão decorrer as futuras negociações.

A FENPROF considerou, em comunicado emitido logo após a reunião, que esta “é uma situação insustentável para os trabalhadores deste setor que, mais uma vez, veem adiada a fixação das suas relações de trabalho, com graves prejuízos para o exercício dos seus direitos profissionais e laborais, garantidos aos trabalhadores em qualquer Estado de Direito Democrático”.

A este propósito, a FENPROF lembra que os trabalhadores deste setor exercem a sua profissão num quadro de completa desregulação laboral, disso se aproveitando muitas entidades para levarem por diante sucessivos atropelos à legalidade, designadamente em matéria de horários de trabalho e de subversão do seu conteúdo funcional.

Para a FENPROF, tal é completamente inaceitável e, com o arrastamento desta situação, esta desregulação continuará a ter impactos muito negativos em muitas escolas profissionais. Denuncia, por isso, esta postura anti-negocial da ANESPO e irá desenvolver todos os esforços para resolver um problema que tem anos: o exercício de atividade profissional de docentes sem que haja qualquer normativo legal que o regule! •



ENSINO PROFISSIONAL

O sistema dual, porque não? E ensino vocacional precoce?

O conceito de Sistema Dual existe há vários anos na Alemanha, na Áustria e em outros países europeus, estando já consolidado.

NUNO FONSECA (Dirigente do SPRA)

A formação no sistema dual conjuga conhecimentos teóricos com os práticos: as competências teóricas adquiridas são confrontadas, testadas e consolidadas em contexto de trabalho. Neste sistema, os alunos escolhem um de inúmeros cursos que conduzem a profissões mais tradicionais ou a profissões relacionadas com as tecnologias do futuro. O desenvolvimento de um sistema dual no nosso país poderia trazer muitos benefícios para a Educação, se fosse conduzido de acordo com os princípios base deste sistema.

Em Portugal, saiu recentemente a Portaria nº 292-A/2012, de 26 de setembro, que cria uma experiência-piloto de cursos vocacionais, para o presente ano letivo. Esta experiência integra alunos com mais de treze anos, particularmente alunos com duas retenções no mesmo ciclo ou com três retenções em ciclos diferentes. Para o funcionamento destes cursos, serão estabelecidas parcerias entre as doze escolas públicas e privadas intervenientes na experiência-piloto e empresas, entidades ou instituições na área geográfica dos estabelecimentos de ensino. Os protocolos, celebrados com os referidos parceiros,

preveem que estes ofereçam aos alunos momentos de prática simulada, adequada à sua idade, e que contribuam para a lecionação de módulos de componente vocacional.

O encaminhamento de alunos para cursos vocacionais é feito após uma avaliação vocacional realizada pelos psicólogos escolares, que demonstre que esta é a via mais adequada às necessidades de formação do aluno. O plano de estudos divide-se por três componentes: formação geral, formação complementar e formação vocacional. Ao concluir com aproveitamento os cursos vocacionais, os alunos ficam habilitados com o 6.º ou 9.º ano de escolaridade. O prosseguimento de estudos no ensino regular fica assegurado apenas para os alunos que tenham aproveitamento nas provas finais nacionais do 6.º ou 9.º ano, podendo candidatar-se às referidas provas independentemente do número de módulos concluídos com aproveitamento. Podem, ainda, prosseguir estudos no ensino vocacional, desde que concluem 70% dos módulos das disciplinas das componentes geral e complementar e 100% dos módulos da componente vocacional. Os alunos dos cursos vocacionais que concluem o 9.º ano

O plano de estudos divide-se por três componentes: formação geral, formação complementar e formação vocacional.

também podem prosseguir para o ensino profissional, desde que tenham concluído com aproveitamento todos os módulos.

O público-alvo para a experiência-piloto são alunos que “manifestem constrangimentos com os estudos do ensino regular”. Será esta uma forma de penalizar estes alunos e impor-lhes a via dos cursos vocacionais? Poderão estes alunos ficar rotulados como menos capacitados? O ensino profissional público, no nosso país, não tem uma imagem muito positiva, fruto das várias medidas que têm sido adotadas ao longo dos últimos anos. Associá-lo a alunos que não se enquadram no ensino regular não vai melhorar a perspetiva que existe no país sobre este tipo de ensino.

Outra questão que se coloca é a idade em que é solicitada uma escolha aos alunos. Não será precoce tomar uma decisão desta natureza aos treze anos de idade? Terão os alunos maturidade suficientes, mesmo que apoiados pelos encarregados de educação, para decidirem por uma área vocacional sem terem contactado, anteriormente, com várias possibilidades?

Algumas interrogações

A portaria aponta para as parcerias entre o estabelecimento de ensino e empresas, instituições ou entidades sediadas na zona geográfica da escola. Desta forma, restringem-se as opções às áreas disponibilizadas pelos parceiros, que poderão adequar-se ao perfil do aluno, ou então, não assumir qualquer significado para ele. Neste caso, será uma opção que motiva e estimula o aluno para a aprendizagem? Estarão esses parceiros organizados e munidos dos recursos necessários, em tão pouco tempo, para prestarem o apoio na lecionação dos módulos práticos? E poderão proporcionar os “momentos de prática simulada” que sejam apropriados e indicados para a faixa etária dos alunos?

A possibilidade de regressar ao ensino regular, que a portaria prevê, é muito condicionada, ou até quase impossível. Quem é remetido para um curso vocacional por “manifestar constrangimentos” com o ensino regular conseguirá obter resultados nas provas finais nacionais, adicionando à formação geral e complementar a componente vocacional?

Portugal precisa de se reinventar, projetar o mundo do trabalho de outra forma, qualificar e especializar cada vez mais a mão-de-obra, atribuir um significado diferente às profissões que geram produção. Com estas estratégias, continuará a desvalorizar de muitas profissões, que ficarão associadas a um cariz sócio económico desfavorecido, a pessoas mal qualificadas e provenientes de cursos adaptados a alunos supostamente com menos capacidades. É esta a mudança que marcará a diferença? •

Era uma vez um país... Carta aberta ao deputado Emídio Guerreiro

LUÍS REIS TORGAL

(Professor da Universidade de Coimbra aposentado e jubilado)

Meu Caro Deputado Emídio Guerreiro.

Não levará a mal, com certeza, que o trate de um modo mais informal, pois conheci-o como Presidente da Associação Académica de Coimbra nos anos 90, embora agora o saiba como representante da Nação, na qualidade de deputado do PSD.

No Diário de Coimbra, de 26 de Setembro, contou uma história simples de um país – Portugal, evidentemente – talvez uma história demasiado simples. Normalmente a excessiva simplicidade ou, melhor, a ligeireza com que se encara o mundo, está relacionada com as facilidades que a vida nos concedeu. Se assim é, só tenho a felicitá-lo e a desejar-lhe um excelente futuro, tal como decerto tem sido o seu passado e o seu presente. É claro que o que nos apresentou no seu artigo é uma história, com todo o seu carácter simbólico, como são todas as histórias, mas mesmo assim valeria a pena pensar que as boas histórias são sempre muito mais complexas, assim como é a vida, que não é apenas a nossa mas também a dos outros.

O que nos diz, em poucas palavras é o seguinte:

Neste país o povo vivia mal e passou a viver bem, não só com auto-estradas, escolas lindas, telemóveis... mas também – imagine (como diriam os nossos irmãos brasileiros) – ipods e ipads. Todavia, os “Senhores do Mundo” um dia verificaram que esse País vivera acima das suas possibilidades e, por isso, decidiram que não emprestavam mais dinheiro, pelo que o anterior Governo do país fora obrigado a assinar um “memorando”. Como o país mudou de Governo, agora “estes governantes viram-se confrontados com a necessidade de arranjar dinheiro”. Mas – “e aqui é que tudo se complica”, segundo afirma – o país considerou que, embora devesse contribuir para pagar a dívida, ninguém queria assumir que cada um o devia fazer. Por isso – e temos finalmente explicada a razão das manifestações que têm ocorrido (desculpe a ironia) – “o povo veio para a rua protestar, alto e bom som, que não quer mais sacrifícios e que quer voltar ao nível de vida de antes”. Ou seja, pelo que percebo da sua narrativa, o povo quer voltar a ser “pobre e pouco desenvolvido”.

História deliciosa! Como cidadão deste país, vou apenas dizer-lhe duas palavras mais objectivas que, no entanto, muitos outros já

lhe devem ter dito. Claro que o país de que fala teve um desenvolvimento desordenado e consumista devido não apenas aos empréstimos dos “Senhores do Mundo” (presumo que seja esta Europa comunitária e economicista, ou financista, e este Mundo capitalista e neoliberal), mas também aos vários governos deste país, particularmente interessados em colaborar com o “sistema”. Mas repare, Senhor Deputado, Meu Caro Emídio Guerreiro, desde 1985 o seu partido esteve no Governo sensivelmente tantos anos como esteve o chamado Partido Socialista, que infelizmente também não soube assumir a sua postura de Democracia Social por que deveria ter lutado e que, na verdade, depois de muitas trapalhadas, assinou o tal memorando pelo punho do engenheiro Sócrates, um dos culpados do estado a que isto chegou. No entanto, para que o Governo mudasse, quantas promessas fez o seu líder e os seus apoiantes?! Aconselho-o a voltar a ler os seus textos e a tornar a ouvir os seus discursos.

Do que o país está farto, afinal, é de uma classe política e de administração que nos governou ou desgovernou, que conseguiu benesses sem conta, não só na permissividade do público e do privado, como até nos lugares e nos altos vencimentos ganhos no domínio público por gestores que geriram bem o dinheiro das empresas e dos seus bolsos (basta olhar para os seus vencimentos milionários), e mesmo por jovens incompetentes e oportunistas que percorreram o *cursus honorum* da política em tempo relâmpago, sem saberem o que era verdadeiramente um ofício. Neste contexto, houve um apelo ao consumo, tolerado pelos governos. E com tudo isto e com a intervenção dos bancos, com as suas estratégias de enriquecimento fácil, surgiu a tal crise de que todos falamos, para que alguns nem podem contribuir – os mais pobres – e outros, muito ricos, não são chamados a fazê-lo, pelo menos de modo sensível.

Talvez isso explique melhor – numa história também simples – as manifestações de milhares de cidadãos. Muitos haverá que gritam por gritarem: em Coimbra ouvi um “socialista” integrado no “sistema” que dizia para outro: “agora é que nos dão razão...!”. No entanto, olhe em volta e o que vê? Desempregados que foram despedidos de empresas que entraram em insolvência



Olhe em volta e o que vê? Desempregados que foram despedidos de empresas que entraram em insolvência ou que tiveram mesmo de fechar porque não se olhou verdadeiramente para a economia estrutural do tal país, ou jovens que procuram um primeiro emprego há anos sem o conseguir.

(algumas aproveitando o momento) ou que tiveram mesmo de fechar porque não se olhou verdadeiramente para a economia estrutural do tal país, ou jovens que procuram um primeiro emprego há anos sem o conseguir. E também gente da classe média que se matou a trabalhar, que tinha uma vida simples mas boa (sem ipads, ipods e, já agora, iphones) e que hoje perdeu o seu poder de compra, reformados que pagaram o que lhes foi pedido durante largos anos e que agora sentem as suas pensões a baixarem, gente idosa que mal pode comprar os medicamentos para as suas doenças crónicas e, já agora, militantes de um idealismo político que lutaram pela democracia contra a ditadura e que sentem, mais do que ninguém, o oportunismo instalado no meio de uma democracia em crise sem precedentes. Simples exemplos...

Na verdade, dou nisso razão à sua história: esses não querem mais austeridade, provocada pelos Senhores do Mundo e pelos Senhores deste País.

Estou a escrever-lhe nas vésperas do 5 de Outubro, feriado que o governo PSD/

CDS matou da forma mais ridícula, sem se lembrar do seu carácter simbólico de dia da comunidade (Res publica, “coisa pública”), assim como aboliu o 1.º de Dezembro, dia da Independência, num tempo em que nos sentimos cada vez menos “País”. Como muitos que conhecem a História, vejo que estamos num momento de grande crise económica, financeira, mas também política e cultural. Penso mesmo que esta crise é essencialmente cultural (em termos de cultura de cidadania), como se prova até pelo sua história tão singela, apesar de citar Camus, para dar uma nota intelectual ao seu discurso. Todos reaceamos novos sebastianismos e o surgir de novas ditaduras ou de alternativas radicais de esquerda ou de direita. Mas, não esqueçamos que o Mundo começa a estar em revolta constante, mesmo em Portugal. E todos sabemos onde isso pode ir dar.

Deixe então – como mero aviso – que termine recordando o texto de apresentação da revista Alma Nacional, por António José de Almeida, em 10 de Fevereiro de 1910. Explicando o desenho da capa da revista, da autoria do artista conimbricense António Augusto Gonçalves, alude assim a uma afirmação de Almeida Garrett, das Cartas de M. Scevoia, de 1830:

“É certo. Os portugueses são assim, como diz Garrett: sofreadores, pacientes, resignados. Mas, no meio da trágica resignação do seu sofrer, é visível a indómita rebeldia do seu carácter. São morosos na insurreição, mas, no momento supremo, quando a medida se enche, não há dique que se oponha ao extravasar da sua cólera.” ●

Coimbra, 1 de Outubro de 2012

PRIVATIZAÇÕES

Os efeitos na vida dos portugueses

Como afirmou Ary dos Santos, “as portas que Abril abriu”, levaram à democratização do país, a grandes transformações sociais e económicas que geraram as condições necessárias, para Portugal sair dos atrasos acumulados em meio século de ditadura fascista e 12 anos de guerras coloniais.

MANUEL NOBRE (membro do CN da FENPROF)

... “E em sua pátria fizeram o que deviam fazer: ao seu povo devolveram o que o povo tinha a haver: Bancos, seguros, petróleos que ficarão a render ao invés dos monopólios para o trabalho crescer. Guindastes, portos, navios e outras coisas para erguer antenas, centrais e fios dum país que vai nascer”...

Esse legado, resultante do 25 de Abril, foi indiscutivelmente um grande impulso democrático e de desenvolvimento social e económico, um enorme património público, fundamental ao desenvolvimento do país, que ao longo as últimas três décadas, os sucessivos governos desbarataram e alienaram. O resultado das privatizações e das suas consequências para o País, estão hoje à vista de todos: são os elevados prejuízos para o País, com a venda ao desbarato do património do Estado; a apropriação privada de imensos lucros; o desperdício de dinheiros públicos em pagamentos às Parcerias; a redução do papel regulador e de apoio ao desenvolvimento da economia; o condicionamento dos meios para a investigação e desenvolvimento; entre outras perdas, colocam de forma crescente, os serviços públicos sujeitos à exclusiva lógica do lucro, agravando substancialmente os seus custos, sendo atingidos na sua qualidade, segurança, acessibilidade e

universalidade pondo em causa interesses e direitos das populações.

Os trabalhadores das empresas e sectores privatizados são fortemente atingidos nos seus direitos. Foram extintos muitos milhares de postos de trabalho, precarizados vínculos de trabalho, reduzidos direitos e regalias, promovidas discriminações, limitada a liberdade de organização e acção sindical. Na escola pública prossegue a política de desinvestimento, de empobrecimento curricular, de despedimento e não contratação de professores, funcionários não docentes e outros técnicos. Uma política que visa acentuar a elitização do ensino, de forma a garantir mão-de-obra barata para a exploração e a reservar os graus mais elevados de ensino apenas para quem tem condições socioeconómicas privilegiadas.

A democracia fica mais limitada com a influência e a intromissão dos agentes externos em vastos e estratégicos sectores da nossa economia, exercendo cada vez mais um visível poder político, é também a soberania nacional que é posta em causa. Só conseguirá o país ultrapassar as suas dificuldades, ter desenvolvimento e justiça social, se possuir um sector público forte, com serviços públicos de qualidade. E já agora, que cumpra a sua própria constituição!

... “Agora que já floruiu a esperança na nossa terra as portas que Abril abriu nunca mais ninguém as cerra”. ●



“Situação insustentável”, alerta o Sindicato

Jornalistas chamados a agir contra a grave situação do setor e do país

Notícias recentes de despedimentos de jornalistas e até de encerramento de publicações, agravando a já difícil situação da classe, a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013, com devastadoras medidas fiscais e cortes nas empresas do setor do Estado, o aumento de bens essenciais, incluindo o gás e a electricidade, o aumento do desemprego e a gravíssima degradação da economia tornam imperioso que os jornalistas tomem a palavra e passem à ação, sublinha uma nota divulgada recentemente pela Direção do Sindicato dos Jornalistas (SJ).

O Sindicato lembra que está em curso no jornal *Público* um processo de despedimento colectivo abrangendo 48 trabalhadores, dos quais 28 são jornalistas; na *Impresa*, no *Sol*, na *Cofina* e noutras empresas, estão em curso ou em preparação outros processos para despedir outros jornalistas e outros trabalhadores; ao longo dos últimos anos, largas centenas de jornalistas foram lançados no desemprego ou forçados à pré-reforma; este ano, não cessou a ofensiva contra o direito ao trabalho e contra os direitos laborais dos jornalistas; cresce o receio de novos ataques e do recrudescimento do desemprego; semeia-se o pânico para justificar o embaratecimento do trabalho. Já está confirmado: mesmo nas empresas de comunicação social do sector empresarial do Estado – a RTP e a *Lusa* – o Governo, através da Lei do Orçamento do Estado, quer impor cortes de 42,2% e de 30,9%, respectivamente, nas indemnizações compensatórias devidas pela prestação de serviços públicos por elas assegurados, além das reduções de despesas e dos despedimentos que o OE também vai determinar, se



foto: Edias.net

for aprovado pelo Parlamento e promulgado pelo Presidente da República.

Como o Sindicato tem referido em diversas tomadas de posição, “com as alterações ao Código do Trabalho, agravaram-se para muito pior as condições de trabalho dos jornalistas e dos trabalhadores em geral, ficando mais fáceis e mais baratos os despedimentos, e mais fácil e mais barato, ou até gratuito, o trabalho suplementar; com os aumentos dos impostos e o aumento do custo de vida, tanto para trabalhadores como para reformados e pensionistas, os rendimentos diminuiram e o

consumo privado foi afectado seriamente; com o aumento do desemprego e a diminuição dos apoios sociais em valor e em duração, largas franjas da população empobrecem; com a destruição da economia, o país caminha para o desastre económico e social.”

Agir antes que seja tarde

Já não há dúvidas: a situação é cada vez mais insustentável e os jornalistas, como os trabalhadores em geral, são hoje chamados a agir – e a agir já, antes que seja demasiado tarde, como bem o afirmam as mensagens

Manifesto “Pelo jornalismo, pela democracia”



foto: António Corrim

A grave situação que se vive em muitas redacções ultrapassa as questões laborais e empresariais e deve preocupar os cidadãos, porque está afinal em crise a própria democracia, alerta um conjunto de jornalistas no Manifesto “Pelo jornalismo, pela democracia”. Difundido em plena luta dos jornalistas e outros trabalhadores ao serviço da Agência Lusa e do “Público”, o manifesto sublinha que “a redução de efectivos, a precariedade profissional e o desinvestimento

nas redacções podem parecer uma solução no curto prazo, mas não vão garantir a sobrevivência das empresas jornalísticas. Conduzem, pelo contrário, a uma perda de rigor, de qualidade e de fiabilidade, que terá como consequência, numa espiral recessiva de cidadania, a desinformação da sociedade, a falta de exigência cívica e um enfraquecimento da democracia.”. O manifesto é assinado por um conjunto de jornalistas de diversos órgãos de informação. •

que o Sindicato dos Jornalistas vai colhendo nos locais de trabalho ou que lhe chegam por iniciativa dos próprios jornalistas, colocando na ordem do dia a necessidade de acção determinada.

Neste contexto, o apoio e a dinamização das greves entretanto realizadas na agência Lusa (18 a 21/10) e no jornal “Público” (19/10), devem ser complementados e prosseguidos por outras iniciativas e por outras lutas em larga escala, afirmando o compromisso solidário dos jornalistas para com todos os seus camaradas que já enfrentam problemas e com o seu próprio futuro, além da solidariedade devida a todos os trabalhadores, realça o SJ.

Solidariedade da CGTP-IN

A CGTP-IN saúda a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores da agência *Lusa* e do jornal “Público”, designadamente os respectivos períodos de greve, 4 dias no primeiro caso (18 a 21/10), e de 24 horas, no segundo caso, a 19 de Outubro, lembrando que jornalistas e restantes trabalhadores lutam em defesa dos seus postos de trabalho. Ambas as lutas contaram com forte adesão.

“Os indelmentáveis níveis de adesão registados em ambas as empresas e as consequências das paralisações demonstram a determinação dos trabalhadores da Lusa e do “Público” em defender os postos de trabalho ameaçados e também o futuro destes importantes órgãos de informação no panorama informativo português”, considerou o Sindicato dos Jornalistas.

“A coragem e a firmeza exemplares demonstradas pelos jornalistas e outros trabalhadores da Lusa e do “Público”, o espírito fraternal registado nas suas iniciativas e a solidariedade já demonstrada por inúmeros jornalistas mostram que é possível percorrer um caminho de unidade mais longo e mais largo, juntando mais jornalistas e mais órgãos de informação”, realça ainda o SJ. No caso da *Lusa*, e cita-se as razões expostas no pré-aviso de greve, “o que está em causa não é apenas – e já não seria pouco! – a manutenção dos postos de trabalho que um tal corte orçamental, além de outras imposições do Orçamento do Estado, representa, nem somente o serviço, em quantidade e em qualidade, que a *Lusa* presta à generalidade dos órgãos de informação portugueses e às agências noticiosas internacionais.

O que está em causa, como destaca a Inter, é a ameaça de uma enorme redução da capacidade da *Lusa* em acompanhar o pulsar do Mundo e do País, das regiões e das localidades, das comunidades de portugueses onde quer que estejam, das iniciativas e das realizações das suas organizações e das entidades que são o suporte da sua vida, e de fazer disso notícia e de levar a notícia a todos os órgãos de informação e, através destes, a todos os cidadãos. Por isso, o que está ameaçado é o direito dos cidadãos à informação.”



O que está em causa, como destaca a Inter, é a ameaça de uma enorme redução da capacidade da Lusa em acompanhar o pulsar do Mundo e do País, das regiões e das localidades, das comunidades de portugueses onde quer que estejam

No caso do Jornal “Público”, acrescenta a Central sindical, trata-se de uma greve e uma forma de luta e de protesto contra a intenção da Empresa de proceder ao despedimento colectivo abrangendo 48 trabalhadores, com graves consequências pessoais, profissionais e familiares e de reduzir drasticamente a capacidade de trabalho do “Público”, comprometendo seriamente o seu desempenho, tanto na edição impressa como nas suas versões electrónicas, com previsíveis efeitos negativos no seu futuro.

Manter a luta, com um forte sentido de unidade, em defesa das propostas sindicais, que correspondem a anseios profundos e enraizados na classe, é imprescindível de forma a garantir o êxito das lutas e constitui

a resposta certa ao caminho de afrontamento que o governo e o patronato resolveram trilhar, sublinha a CGTP-IN, ao reafirmar a sua solidariedade com as lutas prosseguidas e ao exortar os trabalhadores “a participar activa e empenhadamente na defesa dos seus justos direitos e reivindicações, na certeza de que estas suas lutas também são a luta dos trabalhadores e da população portuguesa”.

Conferência Nacional a 24 de novembro

Entretanto, a Direcção do Sindicato dos Jornalistas decidiu convocar para o dia 24 de Novembro uma “grande Conferência Nacional dos Jornalistas” para discutir a situação no sector, as formas de intervenção nas redacções e na sociedade, bem como a dar suporte mais amplo à própria acção do Sindicato. A conferência insere-se no conjunto de iniciativas que o SJ está a desenvolver e será um “passo no caminho da concretização do ansiado 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses”.

Destinada a colocar em debate a situação do Jornalismo e dos jornalistas e a discutir formas de intervenção nas redacções e na sociedade, bem como a dar suporte mais amplo à própria acção do Sindicato, esta iniciativa constituirá também um passo no caminho da concretização do 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, que o SJ se comprometeu a organizar. | JPO •

FENPROF apoia a luta por um serviço público de rádio e televisão

O ataque ao serviço público de rádio e televisão não surpreende. Integra-se no vasto e forte ataque aos serviços públicos, ou seja, às funções sociais do Estado, pretendendo pôr em causa alguns dos pilares fundamentais do Estado Social construído e assegurado pelos trabalhadores portugueses. A FENPROF rejeita a privatização ou concessão deste serviço público e apoia os trabalhadores em luta, na certeza de que esta é uma luta que a todos interessa e deverá envolver, dado o que está em causa. Assim, a FENPROF manifestou a sua posição de apoio ao Sindicato dos Jornalistas e à Comissão de Trabalhadores da RTP e colocou na sua página Web (www.fenprof.pt) o acesso à petição que se destina a ser entregue na Assembleia da República e a ser debatida em plenário. Os signatários consideram a concessão do serviço público de rádio e de televisão a uma empresa privada, que receberia não apenas a contribuição para o audiovisual como receitas publicitárias, induziria uma programação



submetida a meros critérios de rentabilidade comercial, impossível de contrariar através de um caderno de encargos, o que comprometeria a qualidade e a diversidade exigíveis a um operador de serviço público. Como se refere na nota de abertura da Petição, a compressão do serviço público de televisão em sinal aberto, num único canal, torna impossível o cumprimento das obrigações de programação actualmente cometidas aos dois canais, visando os interesses dos diversos públicos, maioritários e minoritários. •



FENPROF Solidariedade com o povo do Sahara Ocidental

A FENPROF, esteve presente no 7.º Congresso da UGTSARIO, a central sindical dos trabalhadores Saharais, com o lema “Resistência – Liberación – Desarrollo”, que se realizou nos dias 21, 22 e 23 de Outubro, em Wilaya Bojador, acampamento de refugiados nos arredores de Tindouf.

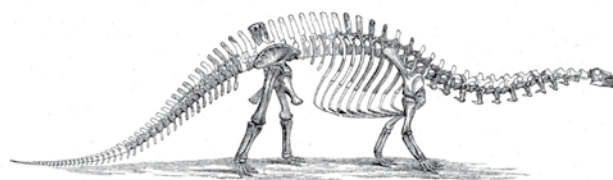
Henrique Borges, do Secretariado Nacional da FENPROF, foi portador de uma mensagem de solidariedade e de apoio aos trabalhadores e ao povo Saharaui pelo legítimo direito à autodeterminação e independência do seu território, ocupado por Marrocos.

Para além da participação no 7.º Congresso da UGTSARIO, onde foi reeleito como Secretário-Geral o Senhor Cheikh Lehib Mohamed, a FENPROF participou também na 6.ª Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo Saharaui, onde foi aprovada uma Declaração que actualiza a aprovada em Outubro de 2011, em Lisboa. Foi ainda entregue ao Director Regional da Cooperação da Wilaya de Smara, Senhor Salamu Mahyub, o comprovativo do depósito da quantia resultante da campanha de Solidariedade lançada no 10.º Congresso da FENPROF, assente na venda de um DVD com um espectáculo do GEFAC, destinada a financiar a melhoria ou construção de uma escola na República Árabe Saharaui Democrática. •



EXPOSIÇÃO “Dinossauros da Lourinhã na Amadora”

Está patente ao público até 15 de dezembro, na Câmara Municipal da Amadora/Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, a exposição “Dinossauros da Lourinhã na Amadora”, organizada pelo GEAL – Museu da Lourinhã em parceria com o Museu de Arqueologia da Amadora. Trata-se de uma exposição representativa do acervo paleontológico do Museu da Lourinhã. Entre as peças expostas contam-se fósseis originais e réplicas de fósseis de dinossauros do Jurássico Superior, período que decorreu há cerca de 150 milhões de anos, e que são parte de um património riquíssimo. Para os visitantes mais novos estão previstas várias atividades, entre outras, a caixa de areia e o “laboratório” de paleontologia. Com entrada gratuita, a exposição pode ser visitada diariamente, de segunda a sábado, das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00. A exposição é complementada por uma mostra das melhores obras submetidas ao Concurso Internacional de Ilustração de Dinossauros. •



ATIVIDADES

Vasto leque de atividades Serviço Educativo do Município de Paredes de Coura

No arranque de mais um ano letivo, o Serviço Educativo do Município de Paredes de Coura (SEMPC) oferece um vasto leque de atividades culturais e educativas orientadas para o público escolar, “no intuito de promover uma aprendizagem construtiva e crítica”. Disponibilizar uma oferta cultural diversificada, que responda aos interesses dos diferentes públicos-alvo, é a missão daquele serviço, criado pela autarquia courense em 2009. Note-se que o SEMPC integra os diferentes serviços e equipamentos sediados no concelho. A equipa de trabalho é constituída pelo Centro Cultural, Museu Regional, Arquivo Municipal, Biblioteca Municipal, CEIA – Centro de Educação e Interpretação Ambiental –, Loja Rural e Desporto. No seu conjunto, concebem e dinamizam atividades e desafios culturais que estimulam competências criativas, críticas e expressivas, com um pendor pedagógico e de entretenimento. •



50 anos Orquestra Gulbenkian em filme e exposição

“Intervalo” é um documentário de Tiago Figueiredo, encomenda da Gulbenkian Música para assinalar os 50 anos da Orquestra da Fundação. Ao longo de uma hora, ao sabor de pequenos episódios, o filme dá a conhecer alguns dos protagonistas desta “estranha comunidade humana” como alguém chamou, formada por músicos oriundos de mais de uma dezena de países.

A 22 de outubro de 1962, no Teatro D. Maria II, tem lugar a primeira apresentação pública da recém-formada Orquestra de Câmara Gulbenkian, constituída apenas por doze instrumentistas de corda e um cravista. Ao longo de cinco décadas, o agrupamento desenvolve-se, ganha em dimensão e maturidade, torna-se uma referência fundamental da cultura musical portuguesa. No documentário

de Tiago Figueiredo, os espetadores são conduzidos ora dentro ora fora das portas da Fundação, por uma câmara que está lá como se não estivesse, que filma fragmentos da vida dos músicos entre concertos, expondo momentos do seu dia-a-dia, em casa, na rua, nos bastidores ou nos ensaios.

Sucedem-se registos de conversas, estados de espírito, gestos dispersos da equipa técnica, e pedaços de concertos são mostrados em ângulos pouco habituais, inacessíveis ao olhar do público. “Intervalo” já foi exibido no Grande Auditório da Fundação no passado mês de outubro. Entretanto, a exposição “Ponto de fuga – 50 anos de Orquestra”, que esteve patente ao público na Fundação, foi um olhar sobre este percurso evolutivo, mas também um vislumbre

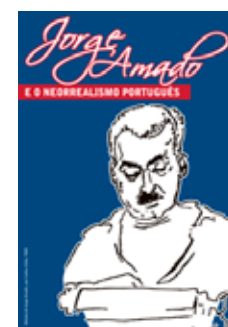
desse espaço de partilha de sensibilidades que é o universo orquestral enquanto ponto de encontro de temperamentos diversos reunidos no objetivo comum de fazer música em conjunto.

História e estórias, contadas com palavras, imagem e som – esta é, afinal, a matéria-prima com que os músicos trabalham! – mas sobretudo um estimular de sensações que tornem possível a perceção da real extensão da intervenção da Orquestra Gulbenkian ao longo dos tempos e um despertar da vontade de envolvimento na experiência musical única que o agrupamento celebra em cada um dos seus concertos. •

+ INFO www.gulbenkian.pt

EXPOSIÇÃO

Vila Franca de Xira Jorge Amado e o neo realismo português



O Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira, assinala em 2012 cinco anos de atividade nas atuais instalações, realizando várias iniciativas. Por agora, destacamos a exposição documental e bibliográfica “Jorge Amado e o Neo Realismo Português”, integrada no centenário do nascimento do escritor baiano. Patente ao público até 10 de março, a exposição tem curadoria de João Marques Lopes. A programação das comemorações do aniversário do MNR inclui, entre outras iniciativas, o Ciclo de Arte Contemporânea “The Return of the Real”, que nos traz “Sous le Trottoir la plage”. Instalação de fotografia de João Louro, que pode ser visitada até 3 de março próximo. | JPO •

PROJETO

Audiolivros Projeto Daisy 2012

Está disponível desde o dia 18 de outubro o Projeto Daisy 2012, lançado pelo Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral da Educação (DGE), em parceria com a Fundação Vodafone Portugal. Trata-se de um projeto de incentivo à criação e utilização de audiolivros nas escolas, destinado a alunos do 5.º ao 12.º ano de escolaridade com Necessidades Educativas Especiais (NEE). O projeto inclui a oferta a alunos e professores do software de última geração EasyReader para leitura de audiolivros digitais em formato DAISY e noutros formatos, incluindo ePub não protegido. O novo projeto coloca à disposição dos alunos com NEE, incluindo aqueles que apresentam dislexia, uma ferramenta que lhes dá acesso a qualquer audiolivro digital no formato DAISY. Este software permite ainda aos docentes a criação de conteúdos áudio. O programa, em versão gratuita de 30 dias, está disponível no sítio DGE – Documentação Disponível – Educação Especial. •

+ INFO www.dgicd.min-edu.pt/

AO VIVO

“Piano solo” António Pinho Vargas no grande auditório da Gulbenkian

Professor, investigador, ensaísta, músico, compositor, autor de obra multifacetada, com destaque para o jazz, António Pinho Vargas apresenta-se na Fundação Gulbenkian no dia 21 de novembro (quarta-feira) para um concerto que promete. “Piano solo” é a proposta. O grande auditório da Fundação é o espaço. E a entrada é livre. Início do concerto: 21h30. A não perder! | JPO •

António Pinho Vargas

